



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CRISTIANE VIEIRA DOS SANTOS

**DO PROJETO À POLÍTICA PÚBLICA: AVALIAÇÃO DA DESCONTINUIDADE DO
PROVOZ – A VOZ DE TODOS**

FORTALEZA

2023

CRISTIANE VIEIRA DOS SANTOS

DO PROJETO À POLÍTICA PÚBLICA: AVALIAÇÃO DA DESCONTINUIDADE DO
PROVOZ – A VOZ DE TODOS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S234p Santos, Cristiane Vieira dos.
Do projeto à política pública: avaliação da descontinuidade do Provoz – a voz de todos / Cristiane Vieira dos Santos. – 2023.
76 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso.
1. Participação. 2. Comunidade. 3. Política pública. 4. Provoz. 5. Descontinuidade. I. Título.
CDD 320.6
-

A todos os Mestres que atravessaram meu caminho do saber, com quem eu aprendi e aprendo todos os dias.

À família Vieira Santos, base de tudo.

Ao Gerardin e Diozinha, meus infinitos amores.

AGRADECIMENTOS

Ao menino Deus e nossa senhora de Fátima, forças pujantes de fé e de vida.

A todos os meus familiares que me ajudaram nessa caminhada.

Ao Professor Dr. Gil Célio de Castro Cardoso por me guiar nas pesquisas e por me fazer acreditar que os sonhos são possíveis.

A Professora Dra. Roselane Gomes Bezerra pela grande contribuição em minha formação e por estar novamente avaliando um trabalho acadêmico desenvolvido por mim.

A Professora Dra. Helena Stela Sampaio pela gentileza em participar da banca e pelas contribuições na minha formação discente e docente.

A todos os Professores da Gestão de Políticas Públicas - GPP, Ciência do servir, agir e cuidar.

A todos os colegas da primeira turma da GPP e também a todos aqueles das demais turmas com quem dividi aprendizado e conhecimento.

Aos respondentes que participaram desta pesquisa, sem os quais não seria possível sua concretização.

Ao Samuel da Coordenação do Curso, sempre gentil e solícito.

Ao Professor Francisco de Assis Moura Araripe, secretário executivo da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos - SCDH, que em 2015 me permitiu estar na Universidade.

A Kátia Alessandra Pimentel Fernandes, chefe de valores inigualáveis, toda minha gratidão.

Aos colegas do novo trabalho e, em especial, Thereza Neumann e Daniel Nunes, meus sinceros agradecimentos.

A Universidade Federal do Ceará - UFC pela excelência no ensino-aprendizagem.

“[...] o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa.” (BORDENAVE, p. 1994, p. 46).

RESUMO

Esta investigação objetivou avaliar a descontinuidade da política do Provoz - a voz de todos na percepção dos técnicos e gestor. O Provoz foi uma política participativa de desenvolvimento social implementado nos bairros Bom Jardim e Canindezinho, periferia de Fortaleza. Para tanto, utilizou-se da avaliação construtivista de quarta geração, com abordagem de pesquisa qualitativa, objetivos exploratórios e estudo de caso único. Recorreu-se à triangulação dos métodos: bibliográficos, documentais e dados primários, aplicação das técnicas Círculo Hermenêutico-Dialético (CHD) e entrevistas semiestruturadas. Para análise dos dados fez-se uso da análise de conteúdo e do *software* iramuteq. Os resultados revelaram que a descontinuidade da política teve como principais motivos a falta de recursos financeiros e a ausência de apoio político-institucional. Seguida pelos problemas internos vivenciados pela equipe e pela falha em não devolver para a comunidade o diagnóstico participativo por ela elaborado. A descontinuidade também está vinculada com a troca entre partidos de esquerda e, isto representa um achado da pesquisa, devido à sempre expectativa que os partidos de esquerda darão continuidade às políticas públicas de enfrentamento às invisibilidades, inclusive da participação da sociedade civil, por isso, merece estudos mais aprofundados. Além disso, esse resultado vai ao encontro do que ocorreu em Fortaleza com a política do Provoz com a continuidade do Partido Democrático Trabalhista (PDT) na gestão municipal.

Palavras-chave: participação; comunidade; política pública; Provoz; descontinuidade.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo evaluar la discontinuidad de la política Provoz – la voz de todos en la percepción de técnicos y directivos. Provoz fue una política de desarrollo social participativo implementada en los barrios de Bom Jardim y Canindezinho, en la periferia de Fortaleza. Para ello se utilizó la evaluación constructivista de cuarta generación, con un enfoque de investigación cualitativo, objetivos exploratorios y estudio de caso único. Se recurrió a la triangulación de métodos: datos bibliográficos, documentales y primarios, aplicación de técnicas del Círculo Hermenéutico-Dialéctico (CHD) y entrevistas semiestructuradas. Para el análisis de datos se utilizó el análisis de contenido y el *software* iramuteq. Los resultados revelaron que la discontinuidad de la política tuvo como principales motivos la falta de recursos financieros y la ausencia de apoyo político-institucional. Seguido de los problemas internos experimentados por el equipo y la falta de devolución del diagnóstico participativo que había elaborado a la comunidad. La discontinuidad también está ligada al intercambio entre los partidos de izquierda y, esto representa un hallazgo de la investigación, debido a la siempre esperada que los partidos de izquierda continúen con las políticas públicas para enfrentar las invisibilidades, incluyendo la participación de la sociedad civil, por lo que amerita mayores estudios. Además, este resultado está en línea con lo ocurrido en Fortaleza con la política de Provoz con la continuidad del Partido Democrático Trabalhista (PDT) en la gestión municipal.

Palabras clave: participación; comunidad; política pública; Provoz; discontinuidad.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Fluxograma 1-	Análise por Triangulação de Métodos.....	19
Fluxograma 2-	Metodologia Provoz.....	36
Quadro 1 -	Propostas Curto Prazo.....	45
Quadro 2 -	Propostas Médio Prazo.....	46
Quadro 3 -	Propostas Longo Prazo.....	46
Quadro 4 -	Perfil dos Entrevistados.....	47
Quadro 5 -	O Provoz, a cidadania e a inclusão social.....	48
Quadro 6 -	Participação da sociedade civil no Provoz.....	49
Quadro 7 -	Participação do poder público no Provoz.....	50
Quadro 8 -	Práticas clientelistas na comunidade.....	52
Quadro 9 -	Definição do Provoz.....	54
Quadro 10 -	Descontinuidade do Provoz.....	55
Quadro 11 -	Propostas implementadas e não implementadas.....	57
Gráfico 1 -	Propostas Curto Prazo.....	60
Gráfico 2 -	Propostas Médio Prazo.....	61
Gráfico 3 -	Propostas Longo Prazo.....	62
Figura 1 -	Dendograma das classes e seus percentuais.....	63
Figura 2 -	Classificação Hierárquica Descendente (CHD).....	64
Figura 3 -	Análise Fatorial por Correspondência (AFC).....	66
Figura 4 -	Análise de similitude.....	67
Figura 5 -	Nuvem de Palavras.....	68

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AFC	Análise Fatorial por Correspondência
CEPPJ	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude
CETREDE	Centro de Treinamento e Desenvolvimento
CHD	Círculo Hermenêutico-Dialético
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CITINOVA	Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRE	Centro de Referência do Empreendedor
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CUCA	Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
CUFOR	Cadastro Único de Fortaleza
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GBJ	Grande Bom Jardim
IDHM-B	Índice de Desenvolvimento Humano do Município por Bairro
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
LERASS	<i>Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales</i>
MAPLAN	Mapeamento Participativo para Planejamento
MEI	Microempreendedor Individual
NUAP	Núcleo de Aproximação
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIRF	Plano Integrado de Regularização Fundiária
RPQs	Reivindicações, Preocupações e Questões
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza
SETRA	Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SIG	Sistema de Informação Geográfico

SR	Secretaria Regional
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFC	Universidade Federal do Ceará
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O CONSTRUTIVISMO COMO CAMINHO AVALIATIVO.....	16
2.1	Avaliação construtivista.....	16
2.2	Abordagem e tipo de pesquisa	17
2.3	Estudo de caso.....	17
2.4	Triangulação dos dados.....	18
2.5	Constituição da amostra.....	19
2.6	Locus da pesquisa.....	20
2.7	Coleta de dados: pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.....	21
2.8	Análise dos dados.....	22
3	POLÍTICAS PÚBLICAS, DESCONTINUIDADE E DESIGUALDADE: OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO.....	23
3.1	O ciclo de políticas públicas.....	23
3.2	Descontinuidade das políticas públicas: um novo momento do ciclo?.....	25
3.3	Estado e sociedade civil: um par (im)perfeito.....	27
3.4	Periferia, pobreza, desigualdade e clientelismo.....	28
3.5	Cidadania e participação.....	31
4	O PROVOZ NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO E DA CIDADANIA	34
4.1	Primeira fase do projeto Provoz – a voz de todos.....	38
4.2	Segunda fase Provoz - a voz de todos enquanto política pública.....	38
4.2.1	<i>Escolas.....</i>	39
4.2.2	<i>Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (Citinova).....</i>	40
4.2.3	<i>Conselho Gestor Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Bom Jardim.....</i>	40
4.2.4	<i>Centro de Referência do Empreendedor (CRE).....</i>	41
4.2.5	<i>Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor).....</i>	42
5	REPRESENTATIVIDADE E DEMANDAS COMUNITÁRIAS DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO.....	43
5.1	A crise da representação.....	43
5.2	O agir comunitário pela implementação de políticas públicas.....	44

6	A PERCEÇÃO DOS TÉCNICOS E GESTOR DO PROVOZ ACERCA DA DESCONTINUIDADE DA POLÍTICA.....	47
6.1	Análise de conteúdo das entrevistas.....	47
6.2	Análise de conteúdo com o iramuteq.....	62
7	APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS.....	70
	REFERÊNCIAS.....	72
	APÊNDICE A - ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	76
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	78

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a relação sociedade civil e Estado é marcada por momentos de distanciamento e aproximação. Dois momentos da história recente exemplificam esta afirmativa, o período ditatorial (1964-1985) e a Assembleia Nacional Constituinte, que culminou com a mais recente Constituição Federal de 1988.

Esta Carta Magna versa em seu Art. 14º sobre a soberania popular exercida por meio do sufrágio universal, voto direto, secreto, com valor igual para todos a partir do (i) plebiscito, (ii) referendo, (iii) iniciativa popular (BRASIL, 1988).

Em Fortaleza, na Lei Orgânica do Município (LOM), além desses mecanismos constitucionais, propõe-se ainda uma gestão democrática com órgãos colegiados de políticas públicas, conferências, audiências, iniciativa popular de projetos de desenvolvimento, elaboração e gestão participativa do Plano Plurianual (FORTALEZA, 1986).

Nessa configuração, em 2013 foi implementado em Fortaleza, o projeto Provoz – a voz de todos, tendo como *locus* os bairros Bom Jardim e Canindezinho, e vigorou até 2018. Em 2020, o Provoz renasce como política pública municipal. Definido como um projeto social de desenvolvimento que privilegia a cidadania e os direitos constitucionais, incentiva a criação de pontes institucionais entre o poder público municipal e as populações carentes.

O sentido da participação nessa política é acabar ou minimizar a cultura clientelista em que os políticos trocam votos e mantém a fidelização da população por acesso a políticas públicas que são dever do Estado, mantendo sobremaneira a cidadania passiva dos mais necessitados e famintos.

Essa mudança de práticas clientelistas para uma cidadania ativa e pujante, por vezes, não é importante para o sistema político, que tenta, a todo custo, manter o *status quo* e permanecer no poder, fazendo da política uma profissão e não o garantimento do bem-estar social do povo. Mas, quem é o povo?

Povo, é substantivo masculino. Povo, pela Constituição Federal atual, é representado pelos candidatos eleitos para os poderes, Executivo e Legislativo. Povo, é beneficiário do Estado no que diz respeito à prestação de serviços, por meio de políticas públicas que lhe assegure bem-estar social.

No entanto, na prática, o povo continua sendo enganado pelos pseudopolíticos, que veem seu protagonismo somente no período eleitoral, como se o voto já bastasse como o único processo deliberativo. Esse equívoco distancia o povo de participar ativamente da vida política e institucional, deixando somente seus representantes decidirem ou se omitirem

acerca de quais políticas públicas serão implementadas. Esse afastamento contribui para o aumento da desigualdade social e favorece ainda mais os que já são privilegiados.

Por isso, o Provoz na medida em que objetivava aproximar a população e o poder público, tinha também como propósito substituir o clientelismo por práticas democráticas, de forma que não mais necessitasse de um padrinho político para ter acesso aos serviços públicos. Além disso, às políticas públicas para o território seriam extraídas do diagnóstico participativo construído pela própria população, ou seja, o povo elegeria e cobraria do seu representante às devidas implementações, de baixo para cima.

Dessa forma, investigar os tipos de participação que existem na cidade de Fortaleza tem sido minha atuação enquanto pesquisadora. E, estudar a política do Provoz, significou mais um passo nessa direção, em compreender a cidade e suas desigualdades participativas, sociais, territoriais, políticas e econômicas.

Metodologicamente, utilizou-se o paradigma da avaliação construtivista de quarta geração, abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e estudo de caso único. Recorreu-se à triangulação dos métodos: bibliográficos, documentais e dados primários, aplicação das técnicas Círculo Hermenêutico-Dialético (CHD) e entrevistas semiestruturadas. Para análise dos dados fez-se uso da análise de conteúdo e do *software* iramuteq.

Como objetivo geral a investigação se propôs avaliar a descontinuidade do Provoz – a voz de todos como política comunitária participativa e, como objetivos específicos: (i) caracterizar o Provoz no contexto da participação e da cidadania; (ii) identificar a relação entre representatividade e demandas comunitárias advindas do diagnóstico participativo e (iii) compreender a percepção dos técnicos e gestor do Provoz acerca da descontinuidade da política.

A pesquisa está organizada em sete capítulos: o primeiro é esta introdução que traz um escopo geral do trabalho; o segundo diz respeito à teoria avaliativa, bem como o desenho da metodologia designada para a referida empreitada; o terceiro capítulo aborda o referencial teórico desenvolvido para dialogar com o campo; o quarto capítulo demonstra as características do Provoz no contexto da participação e da cidadania; o quinto relaciona a crise da representatividade e o agir comunitário; o sexto analisa a descontinuidade do Provoz na percepção dos técnicos e gestor; por último, o sétimo com as aproximações conclusivas, referências e apêndices.

Por fim, este estudo foi guiado para responder à seguinte pergunta: Qual a percepção dos técnicos e gestor do Provoz sobre a descontinuidade da política?

2 O CONSTRUTIVISMO COMO CAMINHO AVALIATIVO

Neste capítulo tentou-se, de início, contextualizar o estudo a partir da conceituação de avaliação construtivista, de abordagem qualitativa e objetivos exploratórios.

Nesta pesquisa, a metodologia tem por finalidade apresentar todo o desenvolvimento do trabalho, explicando, o passo a passo da sua elaboração e construção. Para tanto, recorreu-se ainda ao estudo de caso, triangulação dos dados (bibliográfico, documental e primários). E, identificou-se a amostra, o território e a forma como os dados seriam analisados.

2.1 Avaliação construtivista

Avaliação é um processo sociopolítico, conjunto e colaborativo, de ensino-aprendizagem, contínuo, com resultados imprevisíveis que negam o real absoluto e convergem para um relativismo responsivo e compartilhado de concessão de poder baseado na compreensão e na ação, cujo resultado não é generalizável, mas, que pertence a uma realidade específica. É um processo hermenêutico-dialético (GUBA e LINCOLN, 2011).

Para os construtivistas, a função do avaliador é (1) ultrapassar a função de controlador para ser um colaborador; (2) assumir a função de aprendiz e instrutor e não de investigador; (3) passar a ser modelador de realidades e não simplesmente um descobridor; (4) superar o lugar de observador passivo para se reconhecer como um aprendiz de agente de mudanças (GUBA e LINCOLN, 2011).

Guiada por esse entendimento de avaliação, esta pesquisa foi construída por meio da avaliação de quarta geração de Guba e Lincoln (2011), cujos autores semanticamente dão um novo significado a avaliação de políticas públicas, por meio das dimensões ontológica, epistemológica e metodológica e, se afastam das três primeiras gerações, baseadas no paradigma construtivista quais sejam: (1ª geração: 1930-1960) mensuração, (2ª geração: 1960-1970) descrição, (3ª geração: 1970-1980) julgamento.

Guba e Lincoln (2011) enfatizam que na ontologia a um relativismo composto de múltiplas realidades com pluralidade de verdade, não há, portanto, uma única verdade com leis imutáveis; no campo epistemológico há uma relação entre observador e observado, que repercute em um subjetivismo monista de criação processual da investigação, por conseguinte, ausente de neutralidade do pesquisador; na metodologia é fundamentada pelo

processo hermenêutico-dialético, que circunda uma interação de análise, crítica, reanálise entre as partes envolvidas de maneira circular e contínua, com o afastamento de qualquer interferência influenciável no retrato fiel da natureza.

O círculo hermenêutico-dialético se configura como uma maneira circular e dialogal para conformar e confrontar as Reivindicações, Preocupações e Questões (RPQs), dos interlocutores da pesquisa. Os autores ressaltam ainda a perspectiva de grupos de interesse, ou *stakeholders*, para apreender a política de maneira responsiva e participativa, incluindo novos atores no processo avaliativo. Dessa forma, a inclusão de pessoas e/ou grupos de pessoas que antes eram excluídos dos processos avaliativos na participação do que se vivencia na prática é o diferencial nesse paradigma.

2.2 Abordagem e tipo de pesquisa

No que se refere à forma de abordagem, compreende-se tratar de uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa “[...] preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo o comportamento humano. Fornece uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.” (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 48).

Além da abordagem qualitativa, o estudo caracteriza-se quanto aos objetivos, como uma pesquisa exploratória, que busca ampliar e aprofundar os conhecimentos do pesquisador com um fato ou fenômeno, para realização de pesquisas futuras (MARCONI e LAKATOS, 2003).

2.3 Estudo de Caso

A pesquisa é a atividade da ciência para descobrir a realidade, visa à produção de novo conhecimento, cuja finalidade é encontrar respostas a problemas e indagações sejam elas teóricas ou práticas. Ciência e conhecimento existem a partir da pesquisa (ZANELLA, 2009).

Considerada uma das mais antigas formas de investigação científica, o estudo de caso surgiu há mais de dois mil anos, por meio da Medicina, com o grego Hipócrates (MARTINS, 2008), se espalhou e pode ser aplicada em várias áreas do conhecimento (VENTURA, 2007), trata-se de um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de forma que permita o conhecimento amplo e detalhado (GIL, 2008).

Yan (2005), de acordo com Freitas e Jabbour (2011) sinaliza que há quatro tipos de estudo de caso: (i) caso único: quando este representa o caso decisivo para testar uma

teoria bem formulada, seja para confirmá-la, contestá-la, seja para estender a teoria; quando representa uma situação rara ou extrema; quando se mostra revelador, o pesquisador tem a chance de observar um fenômeno anteriormente inacessível à investigação científica; utilizado como introdução a um estudo mais apurado ou caso-piloto para a investigação (MARTINS, 2008); (ii) caso múltiplo: são consistentes e permitem generalizações, demandam maiores recursos e tempo por parte do pesquisador; (iii) enfoque incorporado: pode envolver mais de uma unidade de análise; (iv) enfoque holístico: examina a natureza global de um programa ou da organização (FREITAS e JABBOUR, 2011). Nesta pesquisa utilizou-se o estudo de caso único.

2.4 Triangulação dos Dados

A interpretação dos dados e a atribuição de significados são tão importantes quanto às demais fases da pesquisa, como o domínio de técnicas para coleta de dados e a utilização de fonte de informações (MARCONDES e BRISOLA, 2014), isso pode ser revelado em sua totalidade por meio da análise por triangulação de métodos.

A triangulação é utilizada em três dimensões. A primeira, de acordo com Minayo (2010), é utilizada para avaliação aplicada a programas, projetos, disciplinas, por avaliadores externos e internos, com formações distintas, para combinar e cruzar múltiplos pontos de vista para um mesmo objeto; pesquisas quantitativas e qualitativas; análise do contexto e de suas imbricações, com o olhar de distintos informantes, e o emprego de várias técnicas de coleta de dados (MINAYO, 2010 *apud* MARCONDES e BRISOLA, 2014).

A segunda dimensão diz respeito exatamente à coleta de dados, que pode ser realizada por meio de três ou mais técnicas, dentre elas a utilização de grupo focal, entrevista, aplicação de questionário, com o intuito de ampliar o universo informacional do objeto de pesquisa (MARCONDES e BRISOLA, 2014).

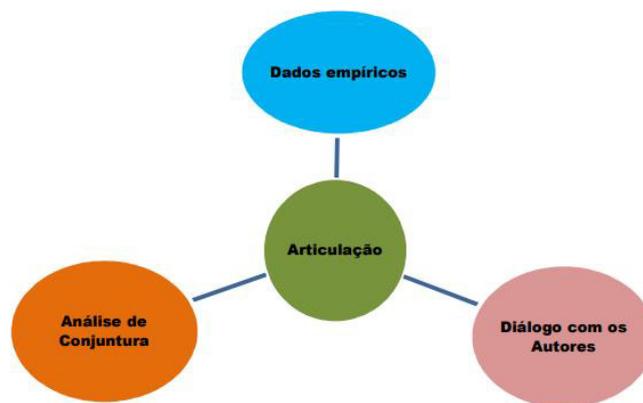
A terceira e última dimensão é a que trata da cientificidade do estudo. É nesta fase em que se tem o emprego da triangulação para análise das informações coletadas. A técnica prevê dois momentos que se articulam dialeticamente, o da totalidade sobre o objeto pesquisado e a unidade entre teoria e empiria (MARCONDES e BRISOLA, 2014).

O primeiro momento é o da preparação dos dados empíricos coletados, mediante os procedimentos a serem adotados em etapas sumárias para a organização e o tratamento das narrativas. O segundo momento é o da análise que implica na necessidade de se refletir (i) sobre a percepção que os sujeitos constroem sobre determinada realidade; (ii) sobre os

processos que atravessam as relações no interior dessa estrutura e a necessidade de retorno constante aos autores que se debruçam sobre a temática da pesquisa; (iii) sobre as estruturas da vida em sociedade (MINAYO, 2010 *apud* MARCONDES e BRISOLA, 2014).

Neste sentido, para as autoras acima a análise por triangulação de métodos envolve os dados empíricos, pelas narrativas dos entrevistados; o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e o que se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o contexto amplo e abstrato da realidade, conforme abaixo,

Fluxograma 1 - Análise por Triangulação de Métodos



Fonte: Marcondes e Brisola, 2014, p. 204.

2.5 Constituição da amostra

Estabeleceu-se a amostragem não probabilística para utilização na pesquisa, cuja amostra ocorreu de maneira intencional e não aleatória.

Como mencionado, os sujeitos de interesse da investigação acompanharam o pensamento construtivista de Guba e Lincoln (2011) e são compostos por 01 coordenadora do projeto e moradora do Canindezinho, 02 técnicas (uma é moradora do Grande Bom Jardim) e 1 gestor da política, somando, ao todo, quatro respondentes¹.

¹ Na perspectiva de Guba e Lincoln (2011) o ideal é a pluralidade de atores, no entanto, o campo não permitiu essa diversidade.

2.6 *Lócus da pesquisa*

O Provoz foi desenvolvido em dois bairros: Bom Jardim e Canindezinho. Esta pesquisa se deterá em avaliar a política no contexto do Canindezinho.

Recentemente, a cidade de Fortaleza passou por uma nova divisão administrativa, está dividida em 39 territórios e 12 Secretarias Regionais (SR). Nessa nova estrutura, o bairro Canindezinho, antes pertencente a SR 5, agora faz parte da SR 10 – Território 34.

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2012), a média das rendas das pessoas dos 10 bairros mais ricos de Fortaleza é 8,6 vezes maior que a média das rendas dos 10 bairros mais pobres. Concluiu-se que 7% da população total de Fortaleza que vive nos 10 bairros mais ricos se apropriam de 26% da renda pessoal total da cidade.

Por outro lado, os 44 bairros de menor renda, que juntos somam quase metade da população total de Fortaleza (49%), se apropriam dos mesmos 26% da renda pessoal total (IPECE, 2012).

Essa concentração da renda em Fortaleza amplia os problemas sociais, aumenta a vulnerabilidade, exclusão social e a violência. Causa ainda, transtornos na mobilidade urbana, porque o movimento de pessoas dos bairros mais pobres para bairros de nível de renda mais elevado em busca de emprego e renda aumenta (FORTALEZA, 2017).

O bairro Canindezinho possui uma população de 41.202 habitantes, tem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM-B) de 0,136 e 10,47% de sua população total encontra-se na extrema pobreza. O bairro tem ainda um aglomerado de onze assentamentos precários (Comunidade 8 de Dezembro, Parque Alto Alegre, Comunidade Jardim Fluminense, Conjunto Jardim Fluminense II, Planalto Canindezinho, Av. Jardim Fluminense, Parque Santa Rosa, Comunidade Jerusalém I e II, Comunidade Parque São José, Conjunto Cônego de Castro) (FORTALEZA, 2017).

Suas principais atividades econômicas são as oficinas de costura de vestuário, artesanato e reciclagem. Ainda é insuficiente o acesso à água potável, sendo tal fato agravado nas áreas mais precárias e de recente ocupação. O esgoto é a céu aberto, quando muito, utiliza-se de galerias de água pluvial para escoamento.

A rede elétrica atinge parte da população, com cobertura satisfatória em alguns lugares e falhas em outros pontos do bairro, sendo recorrente inúmeras ligações clandestinas. A coleta de lixo não acontece de forma regular o que ocasiona acúmulo no espaço público. A pavimentação existe em poucas ruas e a drenagem é serviço ausente. A falha na iluminação pública fortalece a insegurança e não há identificação dos endereços das ruas (FORTALEZA, 2015).

Há cobertura de equipamentos de educação, um deles construído por meio do diagnóstico participativo do Provoz, porém falta qualidade no ensino e melhor aproveitamento do tempo dos estudantes, a evasão escolar é alta, principalmente no ensino médio (FORTALEZA, 2015).

Existe posto de saúde, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), no entanto, é preciso melhorar o atendimento e o acesso aos medicamentos, devido a desatenção e desrespeito à população. Na Assistência Social, os equipamentos encontrados no bairro são o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (FORTALEZA, 2015).

2.7 Coleta de dados: pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas semiestruturadas

Existem várias técnicas para coleta de dados, dentre elas a documental e a bibliográfica. No que se refere a documental, é compreendida pelas variáveis (i) fontes escritas ou não; (ii) fontes primárias ou secundárias; (iii) contemporâneas ou retrospectivas (LAKATOS e MARCONI, 2003).

Partindo dessa afirmação, documento é todo e qualquer meio capaz de comunicar e informar algo acerca do objeto investigado que, no caso em tela, diz respeito ao Provoz – a voz de todos e se buscou por documentos elaborados pelo Projeto (LAKATOS e MARCONI, 2003).

Concernente à pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2003) dizem que essa consiste no levantamento de toda bibliografia já publicada, tendo como objetivo fazer com que o pesquisador entre em contato direto com o material escrito sobre determinado assunto, auxiliando na análise de sua pesquisa ou no manuseio de informações. Neste sentido, para a pesquisa bibliográfica utilizou-se artigos e trabalho de conclusão de curso (TCC) sobre o Provoz.

Com esse leque de fontes de informações, compreendemos que foi possível estruturar o que foi desenvolvido sobre o tema em análise e identificar se a proposição de

nossa pesquisa - descontinuidade das políticas públicas - se apresenta como fato relevante, se há descobertas importantes ou quais são os vazios ainda não explorados a partir dessa vertente. Para a pesquisa de campo utilizou-se a técnica de entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos interlocutores, que participaram do projeto Provoz.

Compreende-se que a técnica da entrevista propiciou maior relação de interação e permitiu os esclarecimentos e adaptações que ajudaram na captação das informações desejadas, sendo essas informações devidamente registradas por meio de gravação e, posteriormente, decodificadas e analisadas.

A utilização das entrevistas foi relevante por provocar ricas contribuições dos sujeitos conforme afirma Pádua (1997, p. 64-65): “[...] a entrevista é um procedimento mais usual no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores”.

Para a escolha dos sujeitos entrevistados, foi utilizado o Círculo Hermenêutico-Dialético (CHD) da metodologia pluralista de Guba e Lincoln (2011). O círculo começa com o interlocutor inicial, chamado de I₁, participando de entrevista aberta que determina a construção inicial da investigação. Em seguida, é solicitado que o I₁ indique outro interlocutor que tivesse uma percepção distinta para que fosse também entrevistado, o qual será chamado de I₂. Entretanto, antes do segundo entrevistado participar da pesquisa, a fala do interlocutor I₁ será analisada, o que corresponde no círculo à construção de I₁. Apesar do emprego do CHD, os entrevistados foram escolhidos pela sua importância no Provoz.

2.8 Análise dos dados

Para a análise dos dados extraídos das entrevistas, utilizaram-se duas ferramentas, a Análise de Conteúdo de Bardin (1977) e o *software* iramuteq de Pierre Ratinand.

Para a primeira ferramenta, Bardin (1977), define a análise de conteúdo como um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos muito diversificados. Por meio da análise de conteúdo foi possível sistematizar, categorizar, explicar e dar significado ao referido conteúdo a partir do emissor e de seu contexto.

O segundo mecanismo foi o iramuteq, *software* desenvolvido no idioma francês por Pierre Ratinand em 2009, no *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales* (LERASS) da Universidade de Toulouse, é um programa livre que também

realiza a análise de dados textuais, e tem código aberto que funciona vinculado ao software estatístico R, sendo sua linguagem apython.

Este programa viabilizou diferentes tipos de análise de dados textuais, como a lexicografia básica com o cálculo de frequência de palavras, análises multivariadas por meio da classificação hierárquica descendente e da análise de similitude, além de organizar a distribuição do vocabulário de forma compreensível e clara com a nuvem de palavras (CAMARGO e JUSTO, 2013).

Estas análises foram realizadas com os textos extraídos da decodificação das entrevistas, pois o programa suporta vários textos de um grupo (corpus), reunidos em um único arquivo para ser avaliado.

O capítulo seguinte delimita a fundamentação teórica deste trabalho, examinando a literatura e os autores que tratam acerca do problema estudado, sobretudo buscando compreender os múltiplos fatores que o desencadeiam e os motivam que vão desde o diálogo com a política pública pesquisada ao território onde foi implementada.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS, DESCONTINUIDADE E DESIGUALDADE: OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO

Este capítulo teórico visa compreender a trajetória de como as políticas públicas são concretizadas, interrompidas e como este ciclo afeta os cidadãos, principalmente os que residem em territórios periféricos, se isso fortalece o clientelismo ou se fragiliza a participação.

O estudo sustenta-se em Miranda (2004), Sposito e Carrano (2003), Fischer e Altenfelder (2003) e Pereira (1985). Gohn (2017), (Capella (2005), Souza (2003) Marques (1997), que juntos apontam como se encontra o tema da investigação no estado contemporâneo da ciência.

3.1 O ciclo da política pública

O ciclo da política é um instrumento analítico que ajuda na compreensão dos processos decisórios, no entanto, não se trata de uma ferramenta linear. Mesmo assim, ele pode ser dividido em quatro momentos: agenda, formulação, implementação e avaliação (SOUZA, 2003).

A primeira fase, Kingdon (2003) define a agenda governamental como um

conjunto de assuntos sobre os quais o governo concentra sua atenção em um determinado momento. Para tanto, para que um problema ou questão faça parte dessa agenda é preciso que esse problema desperte o interesse dos formuladores de políticas públicas. Posteriormente, o problema entra para a agenda decisional e, em seguida, torna-se política pública. Além desse tipo de agenda, há, ainda, agendas especializadas para a saúde, transportes, educação (CAPELLA, 2005). Mas, o Estado enquadra questões e atores na sua ação e estruturação, pois as questões que entram na agenda são as que aparentemente podem ser resolvidas, criando uma convergência sobre as questões em debate (MARQUES, 1997).

A segunda fase, de formulação, representa o momento em que a política é formulada, planejada, definida quanto a modelos e objetivos. A terceira, a da implementação, trata da execução da política e reflete o que foi planejado com aquilo que realmente foi efetivado. Por fim, a fase avaliativa da política mensura os resultados alcançados.

Dito isso, o que se percebe é que a relação, Estado e sociedade civil, acaba por transformar ambos os atores. Para Marques (1997), “[...] o Estado altera a produção dos atores, concedendo condições diferenciadas de interlocução e diálogo, ou mesmo distribuindo de forma não uniforme recursos financeiros” (p. 84), infelizmente.

Gohn (2016) acredita que os processos partilhados por meio dos Conselhos de Políticas Públicas, ou seja, da relação entre Estado e sociedade civil, precisam ser desenvolvidos através de uma nova cultura, capaz de alterar as mentalidades, os valores, a forma de fazer da gestão pública, com maior inclusão da sociedade e de seus direitos. O Provoz por ser uma política participativa também pode abraçar tais transformações. Essa guinada nas políticas participativas, segundo a autora, perpassa por condutas no interior desses coletivos com a amplificação de saberes normativos e, para além disso, com a inserção e discussão em outros campos, antes desconhecidos, como os fundos públicos.

Por isso, participar desses espaços,

[...] é uma preparação contínua, permanente, de ação e reflexão. Não basta um programa, um plano, ou um cursinho, ou conselho. Construir cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade com o universal, é retomar as utopias e priorizar a participação na construção de agendas que contemplem projetos emancipatórios, projetos que coloquem como prioridade à mudança social e qualifiquem seu sentido e significado (GOHN, 2016, p. 12).

Como mencionado anteriormente à medida que existe certa confluência entre Estado e sociedade civil, ambos são metamorfoseados. Mas, a reflexão de Gohn está centrada no agir do campo social. É plausível mensurar que a sociedade civil tenha essas práticas como caminho de emancipação e que essas sejam capazes de aprofundar a democracia e a soberania popular.

No entanto, no estudo aqui mencionado, o Estado embora também afetado pela inserção do campo social no seu fazer institucional, parece burlar essa transformação. Neste sentido, a ausência (entendida de diversas formas: morosidade, burocracia, “engavetamento”, desprezo, descaso) do Estado no atendimento das demandas comunitárias, definidas por meio da metodologia do Provoz, representa o maior “gargalo” para a saúde dessa política. E isso perpassa pela vontade política e pelo montante de orçamento destinado para sua execução.

Será então que a relação, forma e conteúdo, das políticas é mesmo biunívoca e simétrica, cujas regras que estruturam o aparato estatal não são instrumentais para executar ou implementar objetivos políticos e soluções para problemas sociais, como explanado por Offe (1975), pois são eles que determinam “[...] de uma forma oculta e implícita, que objetivos potenciais serão estes e que problemas terão chance de aparecer na agenda do sistema político” (OFFE, 1975 *apud* MARQUES, 1997, p. 74), neste caso, o Estado age de forma seletiva, por isso, o pacto firmado em processos participativos como o Provoz, torna-se “letra morta”, colocando em xeque todo o diálogo estabelecido por meio da participação social.

Em contrapartida, quanto maior forem os recursos financeiros viabilizados para a execução do Provoz, maior serão os bens e serviços atendidos/ofertados. Consequentemente, será possível a ampliação da participação social nos processos seguintes, ou seja, quando o Estado fizer a sua parte enquanto ente que formula e implementa políticas públicas, mas, que também interrompe, como veremos a seguir.

3.2 Descontinuidade das políticas públicas: um novo momento do ciclo?

É comum a realização de eventos institucionais para lançamentos de políticas públicas, assim como o é na academia trabalhos que fomentam uma discussão acerca da formulação, implementação e avaliação dessas mesmas políticas, no entanto, pouco se investiga sobre a descontinuidade. Nogueira (2006) cita os trabalhos de CENPEC (2005), Vieira (2005), Miranda (2004), Sposito e Carrano (2003), Fischer e Altenfelder (2003) e Pereira (1985).

Mas, um dos pioneiros a desenvolver pesquisa sobre o tema da (continuidade) descontinuidade foi Spink para quem,

A expressão “continuidade e descontinuidade administrativa” refere-se aos dilemas, práticas e contradições que surgem na Administração Pública, Direta e Indireta, a cada mudança de governo e a troca de dirigentes. Como fenômeno, manifesta-se pelas consequências organizacionais de preencher um sem-número de cargos de confiança, explícita ou implicitamente disponíveis para distribuição no interior das organizações públicas. Essa distribuição pode envolver pessoal interno e/ou externo

às entidades, e a dimensão e profundidade das alterações são bastante variáveis (SPINK, 1987, p. 57).

Descontinuidade na institucionalidade pode significar apenas uma pausa, mas, pode ir, além disso, representar a não continuidade de uma política pública. Isso se dá devido à discricionariedade dos gestores, principalmente após os processos eleitorais e as mudanças ocasionadas após esses períodos.

A mudança do chefe do poder Executivo, eleito por meio de um plano de governo, pode extinguir e criar pastas e secretarias. Por conseguinte, a extinção de pastas e secretarias, provoca a descontinuidade das políticas públicas, cujos efeitos se revelam com a fragmentação das ações públicas e danos a direitos fundamentais nas mais distintas áreas, educação, saúde, moradia, saneamento, promoção dos direitos humanos, preservação ambiental, infraestrutura, mobilidade urbana, entre outros (ARAÚJO e SOUZA, 2019).

Nogueira (2006), a interrupção de iniciativas, projetos, programas e obras, mudanças radicais de prioridades e engavetamento de planos futuros em função de viés político, despreza considerações sobre qualidades ou méritos das ações descontinuadas, tem-se o desperdício de recursos públicos, perda de memória e saber institucional, instaura o desânimo das equipes, aumenta a tensão e animosidade entre técnicos estáveis e gestores eleitos.

No entanto, argumenta Dahl (1997), ainda que a descontinuidade seja normalmente entendida como um fenômeno indesejado, ela representa, em si, também a possibilidade de alternância de poderes e preferências que está no cerne do jogo democrático (*apud* NOGUEIRA, 2006). Spink (s/d) “não faz a associação direta entre continuidade administrativa como algo bom e desejável, nem tampouco entre descontinuidade como algo ruim e indesejável” (*apud* NOGUEIRA, 2006, p. 27).

Apesar disso, uma forma de mitigar os possíveis efeitos negativos da descontinuidade administrativa ou das políticas públicas é o Plano Plurianual (PPA), que possui validade de quatro anos, sendo que esse último diz respeito ao primeiro ano de mandato do novo governo, eleito nas urnas, no entanto, nem sempre é possível barrar os descompassos de gestores, principalmente quando quem assume o poder é de oposição (e até mesmo de situação) ao gestor derrotado.

Exemplo disso é a pesquisa de Azevedo *et. al.* (2022) realizada em municípios brasileiros com população acima de 50 mil habitantes, no período de 2000 a 2016, que haviam implementado a política do Orçamento Participativo, pois os resultados indicam que,

[...] a descontinuidade está associada positivamente com a troca do partido do prefeito municipal entre as eleições, a despeito da ideologia do partido;

positivamente com a troca da ideologia do partido do prefeito, com a entrada de partidos de esquerda; negativamente com a entrada de partidos com outras ideologias; e positivamente com a troca entre partidos de esquerda. A descontinuidade não apresentou efeito com a troca entre partidos com outras ideologias (AZEVEDO *et. al.*, 2022, p. 349).

Isso significa que os efeitos políticos têm influenciado a descontinuidade dessa política participativa seja pela troca do partido do prefeito entre as eleições, independente da ideologia, uma explicação plausível dada pelos autores para essa interrupção é a de que os políticos tendem a querer agregar sua marca política na gestão municipal como sendo o promotor de mudanças e geralmente o Orçamento Participativo (OP) está associado à gestão anterior; a troca da ideologia do partido do prefeito com a entrada de partidos de esquerda e, quando se trata da entrada de partidos de outras ideologias não associadas à esquerda, a política continua ativa.

A descontinuidade também está vinculada com a troca entre partidos de esquerda, isto representa um achado da pesquisa, devido à sempre expectativa que os partidos de esquerda darão continuidade às políticas públicas de enfrentamento às invisibilidades, inclusive da participação da sociedade civil, por isso, merece estudos mais aprofundados. Além disso, esse resultado vai ao encontro do que ocorreu em Fortaleza com a política do Provoz com a continuidade do Partido Democrático Trabalhista (PDT) na gestão municipal e, inversamente, não possui efeito com a troca entre partidos com outras ideologias.

Se a descontinuidade das políticas públicas representa, por vezes, entrave para a gestão pública com o desperdício de recursos e desânimo dos servidores de carreira, imagina-se quando associada à crise de representação, em que muitas vezes o fazer político é dominado pelo interesse privado ou da sigla partidária.

3.3 Estado e sociedade civil: um par (im)perfeito

Ator é o agente da ação, aquele que pratica o ato (LINHARES, 2006), pode ser compreendido como o sujeito que tem papel ativo em algum acontecimento (HOUAISS, 2004 *apud* LINHARES, 2006). Nos processos participativos existem dois atores – o político e o social. O político representado pelas instituições e, o social, pelos coletivos.

Analisando, os atores políticos são identificados pelas instituições políticas democráticas, estas instituições políticas e seus agentes são reconhecidos por meio de

processos eleitorais, pelos poderes, Executivo e Legislativo², assim como pelos partidos políticos (LINHARES, 2006).

Os atores sociais são percebidos através das ações coletivas dos movimentos sociais e no associativismo civil a partir da sociedade civil (LINHARES, 2006), embora exista a ação individual de atores desta mesma sociedade.

Várias são as teorias democráticas em que os atores, político e social, são colocados de lados opostos. Gramsci rompe com essa dualidade incorporando tanto o que ele chama de sociedade política e sociedade civil na superestrutura do Estado, portanto, a sociedade civil faz parte do Estado em sua versão ampliada.

Habermas, teórico da democracia deliberativa, trata de um espaço público composto por pluralidade social e racionalidade comunicativa, como sendo o *locus* do ator social na política. A sociedade civil seria, portanto, uma esfera de interação social entre economia e Estado, constituída pelas esferas familiares, associações voluntárias, movimentos sociais, além das formas públicas de comunicação (COHEN, ARATO, 1992 *apud* LINHARES, 2006). Propondo, com isso, um deslocamento do debate político, sempre protagonizado pelo ator político, para a sociedade civil, e para a esfera pública, todas as inquietações do mundo da vida (LINHARES, 2006).

Na esfera pública, instituições políticas se articulam com instituições sociais. Esse novo espaço, vinculado à sociedade civil e não às instituições políticas, se configura como um lugar de embate, onde a pauta e o ineditismo são das instituições sociais. Esse lugar ocupa uma dinâmica que se baseia numa ação comunicativa, onde há uma concentração de demandas coletivas, diferente do espaço rígido delineado para os atores políticos.

Essa perspectiva da sociedade civil, ativa e atuante, representa sua capacidade de ecoar por respostas para suas demandas, fazendo pressão nas instituições políticas para que seus problemas tornem-se problemas públicos, entre na agenda política e, conseqüentemente, na formulação e implementação de políticas públicas.

3.4 Periferia, pobreza, desigualdade e clientelismo

A periferia é muita coisa, tanto o que está lá, quanto o que entra e o que sai dela. É fluxo, ao mesmo tempo busca a definição de território e de lugar identitário em que seus

² Pergunto se o poder Judiciário também não é um político, diante dos recentes acontecimentos na história brasileira. Mas, essa discussão ficará para outra oportunidade.

diferentes agentes atuam no lugar, inventando significados, afetos, desejos, potências e práticas cotidianas (FREITAS e MARQUES, 2023).

Mas, a periferia não é um espaço da miséria e da precariedade urbana, exclusivamente. Em veículos midiáticos e alguns grupos de pressão se convencionou chamar “opinião pública”, inventando a imagem de que a periferia é o lugar da violência e da miséria humana e isso reverbera em políticas públicas para populações pobres, replicando à violência com mais violência. Esse movimento cria um pânico moral e imagens negativas dos bairros periféricos (FREITAS e MARQUES, 2023).

Entretanto, se a periferia está associada à margem nos espaços urbanos, resta dimensionar a anuência do Estado não em sua forma velada, mas, na concretude de sua ausência em garantir direitos e ofertar políticas públicas para mitigar o polinômio periferia-pobreza-violência.

Porque a pobreza é a privação das necessidades básicas sejam elas físicas, sociais, culturais, intelectuais. Para o senso comum o pobre persiste nessa condição devido a preguiça e falta de vontade em querer mudar, esse falacioso pensamento reproduz uma visão moralista dos pobres. A história da colonização brasileira fragmentou e extirpou os povos indígenas, importou escravos da África, acolheu as *personae non gratae* portuguesas.

De acordo com Quijano (2005 *apud* ARROYO, 2015, p. 17),

Essa é uma história que perdura desde a colonização. A produção dos(as) pobres é articulada e reforçada com os processos sociais que conferem assimetria à diversidade, reduzindo o diferente à condição de inferioridade. No contexto social e político, isso se deu pela expropriação violenta de suas terras, seus territórios, suas culturas, suas memórias, suas histórias, suas identidades, suas línguas, sua visão de mundo e de si mesmos(as). Esses coletivos foram decretados inferiores e mantidos à margem da produção intelectual, cultural e ética da humanidade.

Os pobres nas suas não-condições, são incapazes de forjar na dura realidade seu sustento, nesse paradigma estão os trabalhadores “[...] sem-terra, sem-teto, sem-trabalho, sem-renda, sem-escola, sem-saúde, cujas vidas se encontram nos limites da sobrevivência” (ARROYO, 2015, p. 16).

Persistindo no entendimento sobre o que é a pobreza e sua produção reside diversos ângulos, principalmente sob a ótica social, política, econômica, educacional. Na questão social está a ausência da não observância dos direitos sociais pelo Estado em viabilizar habitação, saúde, educação, trabalho para que o pobre enfrente com dignidade sua condição. Enquanto na política, o predomínio fatal do binômio poder-dominância, acua e

oprime os indivíduos no mesmo (des)compasso que concentra a renda e aumenta as desigualdades.

Já o modelo de crescimento econômico adotado pelo Brasil é sinônimo de concentração e acumulação do capital, principalmente com a revolução tecnológica, a qual substitui trabalhadores por máquinas e corrobora com o aumento da concentração. Por fim, o vazio educacional sofrido pelo pobre o condiciona ao subemprego e a informalidade, acarretando, com isso, a falta de direitos. Irremediavelmente, quando o ser pobre se vincula ao gênero e a cor, se eleva a dados ainda mais degradantes.

Assim, a pobreza é complexa e multifacetada, não pode ser direcionada tão somente para o fator renda, abarca também a classe social e econômica, o lugar da residência (rural ou urbano), etnia, cor da pele, gênero, idade, composição e estrutura familiar, aspecto temporal (variabilidade da renda durante o ano e estação) e a falta de esperança (pode deixar os indivíduos resignados ou violentos) (REGO e PINZANI, 2015).

Diante dessa complexidade e polissemia, a conceituação do que é pobreza pode ser compreendida como “[...] o conceito de pobreza é relativo, refletindo os hábitos, valores e costumes de uma sociedade; entretanto, com a globalização, essa noção passa a aproximar-se de uma medida comum” (SPOSAT, 1997 *apud* GODINHO, 2011, p. 2).

Enquanto o Banco Mundial trata a pobreza por meio de indicadores como segue,

[...] a pobreza se caracteriza em três eixos: a) a falta de recursos e renda (assets) para atender necessidades básicas, incluindo educação e saúde; b) falta de voz e poder nas instituições estatais e na sociedade; e c) vulnerabilidade a choques adversos e exposição a riscos, combinados com uma incapacidade de enfrentá-los (BANCO MUNDIAL, 2000 *apud* GODINHO, 2011, p.2).

Enfim, os baixos padrões de vida estão permeados pela falta de recursos e pela invisibilidade frente ao Estado e a sociedade civil, pois, são poucos os que se solidarizam com a condição humana do outro, visto que esse outro indistintamente representa alteridade e estranheza.

Mas, o que a periferia, a pobreza e a desigualdade tem a ver com o clientelismo?. O conceito de clientelismo foi sempre empregado de maneira frouxa, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político e do voto (CARVALHO, 1997).

Para esse autor, o clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores

políticos. O próprio coronelismo envolve relações de troca de natureza clientelista, sendo o clientelismo um fenômeno mais amplo.

E, como fenômeno, o clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Clientelismo é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral e seu conteúdo varia de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, ou seja, pelos mandões e pelo governo (CARVALHO, 1997).

De algum modo, para Carvalho (1997), o clientelismo perpassa toda a história política do país, na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, pode aumentar e diminuir ao longo da história. Com isso, o coronelismo no meio urbano é simplesmente o clientelismo. As relações clientelísticas dispensam a presença do coronel e se dá entre o governo, políticos e setores pobres da população.

É devido à falta de acesso às políticas públicas que a população mais pobre e periférica é cooptada pela prática clientelista dos políticos e troca sua dignidade e o voto pelo atendimento no posto de saúde, vaga na escola para o filho, laqueadura para as mulheres e, por vezes, a famosa dentadura.

Exemplo disso é que deputados trocam votos por empregos e serviços públicos, devido sua capacidade de influir no Poder Executivo. É possível dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo. Quando os chefes políticos locais perdem o controle dos votos da população, eles perdem a parceria do governo, este, por sua vez, transfere a relação clientelista diretamente para os eleitores (CARVALHO, 1997).

A cultura política do clientelismo na sociedade brasileira está implantada em várias esferas da vida social, seja na família, Estado (exemplificado acima), no trabalho, escola, assistência social, na cultura. Estas relações estão fundamentadas no clientelismo, apadrinhamento, desigualdade e na violência e cria uma tensão com os movimentos sociais ativos que reivindicam o exercício pleno da cidadania (DAGNINO, 1994).

Quanto mais perto da prática clientelista, mais longe da cidadania e da participação.

3.5 Cidadania e participação

O desenvolvimento da cidadania se dá em três momentos: antiguidade, idade medieval e modernidade. No primeiro momento, a cidadania se assentou devido a sua associação com a participação política e, por isso, tinha como *lócus* a Cidade-Estado (REZENDE FILHO e CÂMARA NETO, 2001).

Na Grécia, somente os nascidos em território nacional eram considerados cidadãos. Assim, neste momento a cidadania era excludente, pois, não incluía os estrangeiros (mulheres e escravos eram também restringidos do processo). Posteriormente, estrangeiros foram aceitos como cidadãos e, sob a tutela dos aristocráticos, criaram-se as Assembleias e os Conselhos com participação popular.

Em Roma, os direitos políticos e a cidadania pertenciam aos patrícios e, aos demais, lhes sobravam ausências de direitos. Entre alguns avanços e, depois manobras da Aristocracia da época, tudo continuou como antes, ou seja, permaneciam os interesses dos que detinham o poder em detrimento daqueles que não tinham a mesma importância. No mundo das ideias todos eram cidadãos, no campo real, apenas os aristocratas.

No segundo momento, Idade Média, existiam dois tipos de cidadania. No primeiro, com a queda do Império Romano, o termo cidadania passou despercebido e deu lugar à religião. Com o surgimento de uma nova organização social que reunia nobreza, clero e camponeses e, o regime judiciário que se aliou aos que tinham poder e saber, ou seja, os dois primeiros grupos respectivamente, os quais concentravam entre si os direitos advindos da cidadania. Camponeses eram subordinados à nobreza, esquecidos pela justiça e doutrinados pela Igreja (ARENDETT, 1995 *apud* REZENDE FILHO e CÂMARA NETO, 2001). No segundo, o surgimento do renascimento urbano e a formação dos Estados Nacionais, fez ressurgir a cidadania entendida como direito político sendo novamente incorporada à sociedade. Com nova relação entre política, economia e sociedade instigada pelo capitalismo, a burguesia mercantil reivindicava pela igualdade de direitos com os demais privilegiados, ao passo que se instauraram o Absolutismo Monárquico e a moderna noção de cidadania.

No terceiro e último momento, a modernidade, ocorreu a consolidação da burguesia como classe com poder político e econômico. Representou ainda um período de transição, mas, também, de grandes revoluções sociais, artísticas, da ciência e do conhecimento, da busca pela liberdade, igualdade e de uma sociedade mais justa.

Se houve avanço no direito civil, ocorreu divergência em quem poderia exercer o direito político, prevalecendo o pensamento da burguesia frente ao do povo. O ideal de sociedade surgido dessas revoluções marcou desigualdades e causou prejuízos para a cidadania e sua prática, cujas diferenças de classe trabalhavam para limitar os atributos políticos dos cidadãos.

Depois de tantas fragilidades “[...] cidadania passa a significar o relacionamento entre uma sociedade política e seus membros” (REZENDE FILHO e CÂMARA NETO, 2001, p. 4). Sociedade civil e Organização das Nações Unidas (ONU), “entenderam ser os

direitos humanos uma questão de primeira ordem para o tema da cidadania contemporânea” (REZENDE FILHO e CÂMARA NETO, 2001, p. 4), embora isto não garanta a violação desses direitos.

No Brasil, a Constituição de 1988 consagrou o princípio de participação da sociedade Civil, cujas forças compartilham um projeto democratizante e participativo, construído nos anos oitenta pela expansão da cidadania, aprofundamento da democracia, contra o regime militar. Desse percurso existem dois momentos importantes: o restabelecimento da democracia e reorganização partidária e tentativa de ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil para o aprofundamento democrático (DAGNINO, 2004).

A redefinição da noção de cidadania, formulada pelos movimentos sociais, expressa uma estratégia política e ao mesmo tempo uma política cultural. Essa nova cidadania redefine a ideia de direitos, com a concepção de um direito a ter direitos. Essa cidadania reivindica por sujeitos sociais ativos (agentes políticos), sabedores de seus direitos e lutando para seu reconhecimento (DAGNINO, 2004).

Nesse sentido, é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “desde baixo”. A nova cidadania transcende uma referência central no conceito liberal. A cidadania deve ser estabelecida no interior da própria sociedade, como parâmetro das relações sociais que nela se travam. Um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis implica o “reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos” (TELLES, 1994 *apud* DAGNINO, 2004, p. 139).

Mas, as redefinições neoliberais de cidadania repousam sobre um conjunto de procedimentos. Reduzem a cidadania a questão individualista, estabelece conexão entre cidadania e mercado, como instância alternativa de cidadania, na medida em que o mercado se torna a encarnação das virtudes modernas e o único caminho para o sonho latino-americano de inclusão no Primeiro Mundo (DAGNINO, 2004).

O deslocamento de significados que sofre a noção de cidadania é também dramático porque se vincula diretamente à gestão do que é a nossa questão mais premente: a pobreza. A cidadania é reduzida à solidariedade e caridade para com os pobres. Assim, a pobreza e a desigualdade vão sendo retiradas da arena pública (política) e do seu domínio próprio, o da justiça, igualdade e cidadania. Isso obscurece a dimensão política e corrói a responsabilidade pública e interesse público, construídas com tanta dificuldade pelas lutas democratizantes (DAGNINO, 2004).

Portanto, os direitos do cidadão e a ideia de cidadania não são universais. Cidadania e direitos da cidadania estão vinculados a uma ordem jurídico-política de um país

e, com a Constituição, definindo e garantindo quem é cidadão, quais direitos e deveres ele terá a partir de variáveis como idade, estado civil, sanidade física e mental, situação com a justiça penal. Por isso, a ideia de cidadania é política, não está necessariamente ligada a valores universais, mas, sim, a decisões políticas (SOARES, 2012).

Já a área da ciência política fez da participação um tema clássico, considera-se a participação política um processo relacionado ao número e à intensidade de indivíduos envolvidos na tomada de decisões. Desde o tempo dos gregos, a participação consistiu no encontro de cidadãos livres, que debatem publicamente e votam sobre decisões de governo e se articulam com a questão da democracia em suas formas direta e indireta (GOHN, 2019).

Bobbio *et. al.* (1986) alerta para o termo participação acomoda diferentes interpretações, pode-se participar ou tomar parte de alguma coisa, desde a condição de espectador à de protagonista de destaque (*apud* GOHN, 2019).

O que a participação objetiva é fortalecer a sociedade civil para a construção de uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações. O pluralismo é a marca dessa participação, em que os partidos políticos não são os únicos atores, pois há de considerar os movimentos sociais e os agentes de organização da participação social que são múltiplos (GOHN, 2019).

Os entes principais que compõem os processos participativos são os “sujeitos sociais”. A participação tem caráter plural em termos de classes, camadas sociais e perfis político-ideológicos. Nos processos que envolvem a participação popular, os indivíduos são considerados “cidadãos”, por conseguinte, a participação se articula, com o tema cidadania, envolvendo lutas pela divisão das responsabilidades dentro de um governo (GOHN, 2019).

São lutas que dizem respeito à constituição de uma linguagem democrática e não excludente nos espaços participativos criados ou existentes, o acesso dos cidadãos às informações que lhes diga respeito, estímulo à criação e desenvolvimento de meios democráticos de comunicação (GOHN, 2019).

4 O PROVOZ NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO E DA CIDADANIA

Partindo da premissa de que a gestão pública necessita dialogar com a população, foi criado, em 2013, o projeto Provoz – a voz de todos, como ferramenta participativa e transparente de planejamento urbano, cuja definição “[...] é um “Projeto Social de Desenvolvimento” para a população de Fortaleza que privilegia a cidadania e os direitos inerentes à todos os cidadãos brasileiros ao nível de sua realidade local. O Provoz incentiva a

criação de pontes institucionais entre o poder público e populações carentes” (PROVOZ, 2015, p. 1).

Habermas delineou a esfera pública, entre o mundo da vida e o subsistema Estado, como local da opinião pública e de encontro dos dois atores: político e social. Essa esfera pública é o lugar de geração de debates, de ressignificações, de escolhas, de circulação e publicização de informações, de reconhecimento de interesses alheios e de deliberações. Isto, em si, se traduziria em um consenso, capaz de viabilizar a convivência de uma multiplicidade de culturas e de interesses. Esse consenso seria alcançado pela argumentação dos atores, cujo elemento incluído no mundo social seria a racionalidade comunicativa (LINHARES, 2006).

De acordo com a referida autora, a esfera pública, é um espaço informal de deliberação, onde de um lado está à sociedade civil dispersa e, de outro, o Estado e suas instituições formais e organizadas, Avritzer por meio de Faria (2005) redesenha essa esfera pública, agora como esfera pública institucional, ou seja, um espaço público diferenciado tendo como prerrogativa a dimensão institucional. Posteriormente denominado de desenho intermediário de públicos participativos.

O Provoz enquanto política participativa aglutinava várias instituições de apoio dentre elas a Universidade Federal do Ceará (UFC), University of Arizona, University of Georgia, Universidade de Fortaleza (Unifor), Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) e o poder público municipal, Secretaria Regional V e Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra), bem como os moradores dos bairros Bom Jardim e Canindezinho.

Este modelo por agregar institucionalidade, academia, fundação de pesquisa e sociedade civil se aproxima do espaço entendido como “públicos participativos” que, no desenho institucional seria determinado para a participação dos atores sociais na arena política, como estrutura de diálogo entre os respectivos atores (LINHARES, 2006).

Disto reside, o que Avritzer e Dolabela (2005 *apud* LINHARES, 2006) chamam de “instituições híbridas”, essa nova forma institucional que abrange os atores, político e social, na partilha de espaço de deliberação decorrente de representações estatais e representações societárias, cujo denominador comum entre os atores seria a produção de políticas públicas. Estes espaços podem ser percebidos através dos conselhos gestores de políticas públicas, fóruns, conferências, orçamentos participativos e a própria política do Provoz – a voz de todos.

Tinha como *lócus* de atuação os bairros Canindezinho e Bom Jardim e suas comunidades (Loteamento Siqueira II, Planalto Vitória, 08 de dezembro, Parque Jerusalém,

Terra de Assis, parque São Vicente, Marrocos) e (Nova Residência, Pantanal, Belém, Tatumundé), respectivamente (SOUSA, 2017).

Esses novos arranjos institucionais retiram do Estado o protagonismo das decisões públicas ao tempo em que seus atores reivindicam por uma horizontalidade nas deliberações, essa partilha ou soberania compartilhada entre os diversos atores diz respeito ao aprofundamento da democracia, por conseguinte, lança luzes para a construção de uma sociedade mais inclusiva, capaz de diminuir as desigualdades sociais e territoriais que ainda persistem.

A metodologia implementada pelo Provoz foi criada em 2002 e denominada de Mapeamento Participativo para Planejamento (Maplan), que trabalha com a participação comunitária para realizar o autodiagnóstico do bairro com elaboração de uma prospecção de bairro melhor, além disso, estimula a cidadania, a inclusão social. O projeto possuía as etapas de (i) conhecer o bairro; (ii) paisagem social atual; (iii) comunidade desejada; (iv) NUAPs; (v) pacto do bairro; (vi) integração do pacto; (vii) monitoramento e avaliação, conforme gráfico abaixo:

Fluxograma 2 – Metodologia Provoz



Fonte: Provoz (2015).

De acordo com a metodologia identificada no gráfico acima, as primeiras etapas diziam respeito à caminhada de rua para conhecer a comunidade, os equipamentos públicos,

associações comunitárias, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e pessoas da comunidade que poderiam contribuir com a caminhada e com o diagnóstico local; na etapa seguinte, foram realizadas oficinas com os moradores cujo objetivo era a criação do cenário atual da comunidade com às possíveis mudanças sociais necessárias para alcançar as melhorias desejadas; por meio do Sistema de Informação Geográfico (SIG) foi mapeada a realidade social com as observações dos moradores, acompanhados com textos descritivos de cada território.

O Núcleo de Aproximação (NUAP), constituído nessa etapa do processo, era quem registrava as informações da comunidade durante as oficinas, assegurava a avaliação das políticas públicas e a promoção do diálogo com o poder público através do diagnóstico comunitário, com a intenção de negociar as prioridades instituídas participativamente.

Dito de outra forma ocorria às caminhadas de rua para ouvir as pessoas e para realizar registros fotográficos; em seguida aconteciam as oficinas para elaboração de mapas com os pontos positivos e negativos, para depois identificar os principais problemas das comunidades e realizar o diagnóstico. Todos os dados serviram de base para a plataforma SIG. Na pactuação, foram constituídos os NUAPs pelos moradores da comunidade.

De acordo com Nelson e Finan (2014), os NUAPS eram uma câmara de fornecimento de informações da vizinhança, um canal em que as vozes dos residentes dos bairros ganhavam acesso ao serviço público relevante.

Esses representantes comunitários, na fase seguinte, foram com a equipe do Provoz em todas as Secretarias do Município para apresentação do Projeto, mas, também para que eles apreendessem quais eram as políticas públicas desenvolvidas por Órgão. Posteriormente foram realizadas com a interseção da equipe Provoz, NUAPs e Secretarias envolvidas (SOUSA, 2017).

Essas secretarias, conjugada na concepção weberiana de instituição, é o lugar dos atores políticos de instituições políticas democráticas, e incorpora normas e padrões de ação, além de aspectos subjetivos, valorativos e simbólicos, sendo percebido como flexível e permeável (LINHARES, 2006). Para a mesma autora, Moisés (1995) em suas pesquisas, delimita que na Ciência Política existe um paradigma hegemônico quanto ao estudo das instituições políticas democráticas contemporâneas, cujo conceito se insere numa perspectiva mais formal e procedimental, próprios do caráter burocrático, enrijecido e pouco permeável, tendo dominação restrita a normas e procedimentos operacionais utilitaristas, fruto de regras de um jogo político cujo objetivo é o poder.

Corroborada pela visão de Schumpeter, percebe-se, portanto, às instituições políticas democráticas como instituições “instrumentais democráticas”, onde existe uma alternância de poder pela elite política, ao passo que a única ação das massas é a delegação de poder para essa elite, visto que aquelas não possuem educação política capaz de estabelecer outro tipo de relação além de representante e representado. A representação, nasce, portanto, dessa “relação” (im)perfeita entre detentores de saber e de possuidores de voto.

Existem, então, espaços públicos participativos e espaços institucionais mais enrijecidos e menos dinâmicos.

4.1 Primeira fase do projeto Provoz – a voz de todos

O Provoz possui dois momentos de atuação. O primeiro, em 2013, contava com o apoio da Secretaria Regional V e da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra). Em 2020, houve um deslocamento para a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ).

Na primeira fase, a base de dados construída por meio do diagnóstico participativo, entendido como a voz do povo, foi elaborada pelos moradores das comunidades com a perspectiva de curto, médio e longo prazos (PROVOZ, 2015). Esta expectativa de resolutividade pelo poder público depende do tipo de problema e, conseqüentemente, da classificação mencionada pela população.

4.2 Segunda fase Provoz - a voz de todos enquanto política pública

Em meados de 2018, o Provoz, como espaço público participativo, foi desativado. E, em janeiro do ano de 2020 foi novamente implementado, agora como política pública, com duração até dezembro daquele ano. A ideia inicial era reunir profissionais da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ), Instituto CUCA e do Centro de Treinamento e Desenvolvimento (Cetrede) para desenvolver a política, no entanto, a parceria com o Cetrede não foi efetivada.

Esse novo momento tinha como *locus* (i) a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Bom Jardim, (ii) ZEIS Serviluz e (iii) Comunidade Che Guevara. No entanto, devido à crise epidemiológica causada pelo novo coronavírus, o projeto ficou restrito somente a ZEIS Bom Jardim. O que diferiu do Provoz inicial foi a centralidade na Família e, em especial na

Juventude, além da unificação dos bancos de dados (CadÚnico, por exemplo) pela institucionalidade, como possibilidade de aproximação das políticas públicas desenvolvidas por cada Secretaria ou Órgão municipal (PROVOZ, 2020).

Essa nova fase do Provoz se efetivou com grande dificuldade. Com a crise sanitária ocasionada pela Covid-19 não foi possível realizar as caminhadas de rua, fazer os registros fotográficos, elaborar mapas com os pontos negativos e positivos.

A execução da política, nesta fase, ocorreu a partir das demandas das comunidades. Foram criados dois grupos de mulheres por meio dos antigos NUAPs, com rodas de conversa semanais. Os temas abordados diziam respeito a emprego e renda, saúde, assistência social. Nesses encontros, os temas foram apresentados por representantes das devidas pastas, em nível municipal (PROVOZ, 2020).

Buscou-se ainda a inclusão da política nas redes sociais (*whatsapp, instagram e facebook*) para desenvolvimento de um Provoz virtual. As demais atividades da política dependiam de uma decisão política que cabia somente ao Chefe do Executivo (PROVOZ, 2020).

Sem a anuência do Chefe do poder Executivo, somente foi possível realizar uma agenda institucional com duas escolas do território da ZEIS Bom Jardim, Citinova, Conselho Gestor ZEIS Bom Jardim, Centro de Referência do Empreendedor (CRE) Bom Jardim e Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor).

4.2.1 Escolas

As escolas visitadas foram: Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Senador Osires Pontes e Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral Professor Alexandre Rodrigues de Albuquerque. Os encontros ocorreram no primeiro bimestre (antes da pandemia). Teve como objetivo apresentar o Provoz e efetivar parcerias, tendo em vista que a política estava vinculada à CEPPJ que executa a Academia do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no Município. Os representantes da Escola Osires Pontes se mostraram abertos à realização de um trabalho coletivo, principalmente com a possibilidade de um núcleo da Academia ENEM na Escola. Já a Diretora da Escola Alexandre Rodrigues manifestou interesse, mas, que não seria possível a criação de mais uma atividade na Escola, devido tratar-se de um equipamento de tempo integral e sem espaço físico para outras demandas (PROVOZ, 2020).

4.2.2 Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (Citinova)

A Citinova é um órgão municipal, tem como objetivo estimular a energia criativa, a difusão de conhecimento científico e o desenvolvimento de tecnologias para que estes resultem em soluções para os problemas urbanos e em aumento do bem-estar da população (FORTALEZA, 2020a).

Nessa Fundação, ocorreram algumas reuniões durante o ano com os representantes do Provoz. A pauta desses encontros foi a criação do Cadastro Único de Fortaleza (Cufor) dos beneficiários das políticas públicas municipais. De acordo com o Presidente do órgão, Cláudio Ricardo, já havia iniciativas deflagradas na intencionalidade de atendimento à demanda, relativa a políticas voltadas para a Primeira Infância, sob condução do gabinete da Primeira-Dama. Dialogou-se sobre outras intersecções possíveis, como o Cadastro Único para Programas do Governo Federal, o cadastro nacional do Sistema Único de Saúde, os registros de matrícula nas escolas municipais e o cadastro no portal da Juventude de Fortaleza (PROVOZ, 2020).

4.2.3 Conselho Gestor Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Bom Jardim

O Conselho da ZEIS é formado pelos segmentos: moradores, organização da sociedade civil e representantes do poder público. Os dois primeiros são eleitos pela Comunidade e, o último, indicado pelo governo municipal (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2019).

A equipe Provoz reuniu-se com o presidente do Conselho Gestor da ZEIS Bom Jardim, Rogério Costa. Teve como objetivo aproximar Provoz e Conselho. Rogério já tinha conhecimento do Provoz em sua primeira versão. E a ideia do Coordenador do Provoz, Raimundo Ferreira, era idealizar um trabalho conjunto, Provoz e Conselho Gestor, para tensionar o poder público na realização do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) e de sua internalização pela Comunidade (PROVOZ, 2020).

Uma vez que o Provoz era uma tentativa de aproximação entre o poder público e sociedade. O projeto em sua primeira versão realizou um diagnóstico do Canindezinho. Mas, o que se percebeu foi uma desconexão dos programas institucionais, por exemplo, o

Programa Mais Ação³ com o PIRF e, ausência de informação para a população do que seria realizado nas comunidades. Há bem da verdade, muitas ações executadas pela institucionalidade somente são reveladas quando da sua inauguração.

Por isso, era preciso retornar às bases, identificar com a Prefeitura quais serviços seriam executados nos bairros em que o Provoz iria atuar, verificar as demandas do território e negociar o atendimento. Como também, a importância de uma convergência do Conselho Gestor da ZEIS com os demais conselhos, como o de saúde (PROVOZ, 2020).

Havia a necessidade de integrar os cadastros, famílias, criar o ENEM nos bairros, fortalecer a educação na idade certa. Era preciso juntar forças e fazer comissões temáticas da juventude, habitação, cultura, dentre outras.

Nessa reunião discutiu-se sobre o Centro Cultural Bom Jardim, das iniciativas comunitárias que estavam acontecendo no equipamento e da dificuldade de muitas entidades do Grande Bom Jardim para participar dos editais, porque não estão com sua documentação em dia. Com isso, foi pensado na possibilidade do CRE ajudar essas entidades com suas documentações, jurídica e contabilmente. A equipe Provoz e o Presidente do Conselho da ZEIS Bom Jardim se reuniram posteriormente com Cleyton, coordenador do CRE, para tratar acerca da referida demanda (PROVOZ, 2020).

4.2.4 Centro de Referência do Empreendedor (CRE)

O Projeto Meu Bairro Empreendedor desenvolvido no CRE foi implantado inicialmente no bairro Bom Jardim. O projeto-piloto visa o fomento da economia local por meio de diversas ações. Coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (SDE), objetiva estimular a organização de pequenos produtores e empreendedores, desburocratizar a formalização, realizar capacitações técnicas e gerenciais, consultorias, facilitar o acesso ao microcrédito, com foco no desenvolvimento de novas empresas e na expansão das existentes, além de organizar os produtores locais para participarem do Programa de Compras Governamentais da Prefeitura de Fortaleza (FORTALEZA, 2020b).

Como mencionado anteriormente, a reunião ocorreu devido a necessidade de

³ Programa de investimentos em rede de esgoto, drenagem, pavimentação e calçadas, executado pela Secretaria Municipal da Infraestrutura (Seinf), financiado por seis bancos nacionais e internacionais: Caixa Econômica Federal, Santander, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e Banco Mundial (FORTALEZA, 2020).

uma ação conjunta para que as entidades do Grande Bom Jardim pudessem receber o apoio jurídico e contábil do CRE para ficarem em dia com suas documentações e, assim, poderem participar de editais.

Cleyton destacou os serviços ofertados pelo CRE como o Sine Emprego, sala do Empreendedor (para criar o Microempreendedor Individual (MEI)), sala de *coworking* (local para produção de ideias), sala de treinamento, sala de ateliê de moda. Informou ainda, que o equipamento estava aberto para as necessidades da comunidade e que, naquele momento, havia dois editais em andamento: o Meu Bairro Empreendedor e Mulheres Empreendedoras (PROVOZ, 2020).

4.2.5 Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor)

Posteriormente, foi realizada visita ao Iplanfor, que é uma autarquia municipal com o propósito de atuar na (i) Geração do Conhecimento; (ii) Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas; (iii) Articulação do Planejamento Estratégico e Participativo; (iv) Fomento de Iniciativas Inovadoras (FORTALEZA, 2020c).

A reunião ocorreu com a equipe do Provoz e o representante do Iplanfor, Armando Elísio. O Provoz foi apresentado enquanto política pública e, posteriormente, Armando destacou o papel do Iplanfor no processo dos PIRF's, e mencionou que mais do que fazer a regularização fundiária, era preciso fazer com que ela aconteça como uma política integrada e isso exigia um trabalho de fortalecimento comunitário (PROVOZ, 2020).

Naquele momento o Iplanfor estava trabalhando na formatação dos nove planos do Projeto e que a ZEIS Bom Jardim era um protótipo, mas, argumentou que cada PIRF e Planos necessitavam de Decreto para aprovação junto a Câmara de Vereadores. E a regularização fundiária precisava de uma minuta de lei, além do Plano Urbanístico ser convergente com o PIRF. O primeiro passo é a minuta e, o segundo passo, as reformas.

Mencionou também que o termo de referência da ZEIS foi fruto de uma comissão composta por representantes de todas as ZEIS e que o termo serviu de referência para o Iplanfor realizar os contratos e convênios. Disse da possibilidade de aprovação das minutas e decretos do PIRF ainda na gestão Roberto Cláudio, mas, pontuou a necessidade do PIRF no próximo PPA 2022-2025 (PROVOZ, 2020).

Esses relatos são para explicar que a política do Provoz sofreu várias limitações, não somente vinculada a crise sanitária e período eleitoral, mas, com maior

envergadura quanto a questão político-institucional propriamente dita. Tanto é que as propostas demonstradas no roteiro da entrevista dizem respeito a primeira versão do Provoz, pois não foi possível entregar um produto, o trabalho realizado foi paliativo.

5 REPRESENTATIVIDADE E DEMANDAS COMUNITÁRIAS DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Neste capítulo realizou-se uma discussão acerca da representação, pseudo-representação e demandas comunitárias elaboradas por meio do diagnóstico participativo.

5.1 A crise da representação

Pitkin (2006) em “Representação: palavras, instituições e idéias” faz uma verdadeira genealogia acerca do termo representação. Conceitualmente representar tem um significado altamente complexo, é um fenômeno cultural, político e humano. Como a palavra latina *repraesentare* é tornar presente ou manifesto. Como adjetivo a palavra representativo diz do “que serve para representar, figurar, retratar ou simbolizar” e como verbo representar significa “retratar, figurar, ou delinear”. Alexander Hamilton, John Jay e James Madison esclarecem que a representação é “substituto para o encontro pessoal dos cidadãos” (1948, nº 52, p. 270 *apud* PITKIN, 2006, p. 35), pois ela promete possibilidades sem precedentes para o governo da América.

Na contemporaneidade a representação pode ser compreendida de acordo com as correntes, liberal e republicana, em ambas, a representação é a forma de escolha dos “melhores”. Nesta percepção, Saward (2006) o papel dos indivíduos se resume em votar e em obedecer às leis, somente depois estariam livres para seus interesses e lazer (*apud* ALBRECHT, 2019).

Saward (2006), a questão liberal está associada à política e ao mercado, onde neste predomina a divisão social do trabalho, em que as decisões são tomadas pelos “melhores” e devem ser seguidas pelo coletivo para atingir o bem comum, em que posteriormente os indivíduos livres constroem suas definições de bem, conforme apregoa o liberalismo, assim como acontece nas tradições republicanas (*apud* ALBRECHT, 2019).

Entretanto, há uma interpretação ampliada sobre representação, que conjuga democracia e inclusão política, como uma relação mútua, que implica simultaneamente mandato e agência (PITKIN, 2006), pois enxerga vínculo entre representante e representado,

como um processo contínuo de construção, pautado para além do mecanismo eleitoral e do voto (SAWARD, 2006 *apud* ALBRECHT, 2019), pois quando o representante age exclusivamente em favor de seus interesses, a representação não é democrática (ALBRECHT, 2019).

Rousseau, defensor radical da soberania popular argumenta que a representação é uma fraude, ela significaria uma ruptura, uma disfunção, porque a soberania pertence ao cidadão e não pode ser repassada a terceiros (BENEVIDES, 1998 *apud* PITKIN, 2006), assim, as pessoas somente estariam sujeitas às leis por elas ratificadas e aprovadas pessoalmente por sua própria vontade e por meio de participação direta (PITKIN, 2006).

Na democracia representativa há um governo do povo, mas, o povo não estará presente na tomada de decisões (MIGUEL, 2004), pelas razões elencadas acima que tanto corroboram com o distanciamento dos governados da política e com o acréscimo da abstenção no processo eleitoral.

Por isso, alguns pensadores sugeriram que apenas um povo ativo e com envolvimento político é livre e que as instituições representativas, projetadas para abrir o domínio público para o povo comum e excluído, têm, de fato, servido para desencorajar a cidadania ativa. Assevera ainda que a representação pode significar apenas a exclusão da maioria das pessoas dos benefícios da política (PITKIN, 2006).

Não bastassem as redes sociais agindo como uma analogia a democracia direta, elas ainda geram a perda de confiança na política e nos políticos, além de criar falsos políticos e o populismo (RUNCIMAN, 2018), em contrapartida, os partidos estão apenas interessados em eleger o candidato que represente melhor o partido, e aquele mais próximo dos líderes partidários (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018), por isso, a atualidade da crítica de Rousseau a representação.

Estariam, Estado e sociedade civil, condenados a permanecerem de lados opostos, mesmo que ambos tenham, em algum momento, interesses comuns? “Nas palavras dos próprios residentes, eles são “abandonados” pelo sistema político e há uma ausência de uma integração continuada dentro da estrutura maior” (NELSON e FINAN, 2014, p. 156). Esse dilema da representação que não representa não é fato isolado.

5.2 O agir comunitário pela implementação de políticas públicas

A indiferença dos representantes na elaboração de políticas públicas para garantir melhores condições de vida para os moradores do Canindezinho e baseada na metodologia

do Provoz, diagnóstico participativo, em sua primeira fase, foi construída uma base de dados, elaborada pelos moradores das comunidades com a perspectiva de curto, médio e longo prazo.

No curto prazo as demandas eram por saúde, regularização fundiária e infraestrutura. Para o médio prazo educação, cultura, esporte e lazer, infraestrutura - limpeza e, ao longo prazo, propostas para emprego e renda, fiscalização, mobilidade urbana, segurança, comunicações - internet.

Quadro 1 – Propostas Curto Prazo

Saúde	Regularização Fundiária	Infraestrutura
Conclusão do posto de saúde do Parque São Vicente.	A maioria dos moradores não possui documentação de suas casas.	Drenagem e pavimentação.
Conclusão do posto de saúde do Parque Jerusalém.	As comunidades mais críticas são: Marrocos, Nova Canudos, Terra de Assis.	Construção de ponte para ligação das comunidades 8 de Dezembro e Planalto Vitória.
Melhorar os atendimentos dos postos de saúde existentes (médicos e medicamentos).		Pavimentação e drenagem da Rua José Maurício.
Insegurança nos postos de saúde.		

Fonte: Adaptado Provoz (2015).

Os moradores reivindicam a melhoria do atendimento no posto de Saúde Abner Cavalcante, único da região. Solicitam a conclusão dos dois postos que estão em construção. Além disso, a população relatou a difícil relação com os médicos, a constante falta de medicamentos e médicos, ausência de informações das obras públicas em construção no entorno e a insegurança que amedronta profissionais da saúde e pacientes.

Outro problema relevante para os moradores do Canindezinho é a falta de regularização fundiária, as pessoas não possuem o papel da casa, não existe se quer a identificação de ruas e logradouros e, isso, dificulta o acesso a direitos e a microcréditos.

Ademais, a falta de drenagem e pavimentação nas Comunidades se torna um problema maior no período da quadra chuvosa.

Quadro 2 – Propostas Médio Prazo

Educação	Cultura, Esporte e Lazer	Infraestrutura - Limpeza
Construção de escolas em tempo integral.	Construção de praças juventude.	Limpeza de lagoas.
Acesso a cursos profissionalizantes.	Reabertura e revitalização da Vila Olímpica	Limpeza de canais.
		Esgoto a céu aberto.
		Pontos de lixo.

Fonte: Adaptado Provoz (2015).

Devido ao grande adensamento populacional, as escolas e creches existentes não conseguem diminuir a demanda existente para o ingresso à educação. Por isso, a população solicita a construção de escolas em tempo integral, para melhorar o atendimento educacional para crianças e adolescentes, como também o acesso a cursos profissionalizantes para jovens e adultos.

A inexistência de espaços de convivência fez com que as comunidades reivindicassem esses locais de lazer para a juventude, pois, sem eles, o tráfico de drogas alicia crianças e adolescentes para a marginalidade com a venda e consumo de drogas.

A demanda por infraestrutura e limpeza de lagoas e canais acontece como forma de diminuir os problemas ocasionados pela dengue e demais doenças.

Quadro 3 – Propostas Longo Prazo

Emprego e Renda	Fiscalização	Mobilidade Urbana	Segurança	Comunicações-Internet
Acesso empregos no próprio bairro.	Invasão de terrenos onde acontecem construções sem aprovação da Prefeitura.	Melhoria e aumento dos transportes coletivos.	Assaltos. Violência. Melhorar a relação entre a polícia e o bairro.	Melhoria do acesso a internet.
				Acesso do <i>wifi</i> nas escolas e espaços públicos.

Fonte: Adaptado Provoz (2015).

A longo prazo, as demandas são por emprego e renda, fiscalização, mobilidade urbana, segurança, comunicações/internet. Como propostas a criação de empregos no bairro, presença do órgão fiscalizador da Prefeitura no bairro, aumento e melhoria do transporte urbano, segurança (Guarda Municipal ou Polícia Militar), acesso gratuito e de qualidade a internet, principalmente nas escolas e espaços públicos.

A partir do diagnóstico participativo é possível compreender quais os órgãos que o Provoz fez maior interseção, são eles: saúde, habitação, infraestrutura, educação, cultura, esporte e lazer, emprego e renda, mobilidade urbana, segurança, comunicação.

6 A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS E GESTOR DO PROVOZ ACERCA DA DESCONTINUIDADE DA POLÍTICA

Neste capítulo foram avaliadas as quatro entrevistas por meio de duas perspectivas: análise de conteúdo e pelo *software* iramuteq, que nos deu os elementos necessários para responder os objetivos da pesquisa.

6.1 Análise de conteúdo das entrevistas

A proposta desta pesquisa era ouvir os diversos atores que haviam participado da política do Provoz, para fazer jus à avaliação construtivista, no entanto, encontraram-se limites impostos pelo campo, assim, só foi possível realizar quatro entrevistas, em que todos os sujeitos estão ligados a institucionalidade, porém, dois são moradores do território do Grande Bom Jardim (GBJ).

Para resguardar os nomes dos sujeitos entrevistados denominou-se de respondentes (um, dois, três e quatro), esse cuidado com quem se propôs a participar da pesquisa, perpassa à condição singular do território.

A primeira parte do roteiro da entrevista semiestruturada correspondia ao perfil dos respondentes, como segue abaixo,

Quadro 4 - Perfil dos Entrevistados

Entrevistado	Escolaridade	Profissão	Idade	Participação no Provoz
Respondente um	Especialista	Assistente Social	37	Nas duas fases
Respondente dois	Mestra	Assistente Social	38	Segunda fase
Respondente três	Superior Completo	Engenheiro Agrônomo	80	Nas duas fases
Respondente quatro	Superior Incompleto	Aposentada	65	Primeira fase

Fonte: Elaborado pela autora.

A respondente um, é moradora do GBJ e participou do projeto nos dois momentos, sendo pesquisadora e mobilizadora social. A respondente dois, trabalhou somente na segunda versão, atuando tanto no campo, como no fomento de novas formas de interação com a comunidade, devido ao problema sanitário vivenciado em 2020 pela covid-19. O terceiro respondente esteve no projeto nas duas fases e, esteve sempre vinculado ao poder público, primeiro como articulador da Setra junto ao movimento comunitário - Provoz e estagiários/estudantes das comunidades. Nesse momento o projeto era financiado pelo Cetrede em parceria com uma empresa privada do ex-reitor da UFC, Roberto Cláudio e, posteriormente, como gestor, vinculado a CEPPJ. A quarta respondente é moradora do território, era terceirizada da Prefeitura de Fortaleza, lotada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Canindezinho e coordenava o NUAP do bairro.

Embora todos os respondentes estivessem ligados a institucionalidade, exceto a respondente um na primeira versão do projeto, foi possível por meio da respondente quatro ter uma perspectiva comunitária da política, devido seu conhecimento e atuação no bairro Canindezinho.

Após esse breve relato dos perfis dos entrevistados, serão analisadas as demais respostas, mencionadas na segunda parte do roteiro da entrevista semiestruturada. A primeira questão diz respeito a cidadania e inclusão social propostas pelo Provoz, conforme figura seguinte,

Quadro 5 - O Provoz, a cidadania e a inclusão social

Respondente um	Respondente dois	Respondente três	Respondente quatro
Sim. O projeto levou os moradores a refletirem sobre sua realidade, isso era notório nas oficinas da comunidade que temos e a comunidade que sonhamos.	Entendo que o projeto tem potencial para, ao reforçar o protagonismo e a participação cidadã. Entendo que limitações institucionais, físico e financeiras, impactam diretamente na capacidade de atender as prerrogativas, considerando uma necessidade de maior presença e acompanhamento, além da imprescindibilidade de articulação.	Estimulou a cidadania a refletir sobre seus problemas, a hierarquizar as suas prioridades e a negociar com as instituições executoras das políticas públicas o atendimento de suas necessidades, buscando a inclusão de suas propostas nos orçamentos governamentais.	Foi. Devido à metodologia do Provoz. Tinha as oficinas, visitava os moradores e isso fazia com que o morador se achasse importante. Convidava para as oficinas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Constata-se que às respostas das respondentes um e quatro são precisas em afirmar que o Provoz estimulou a cidadania e a inclusão social. No entanto, para além do

estímulo, a existência da cidadania supõe um complexo de condições políticas, sociais, econômicas e culturais (REGO e PINZANI, 2015), não há, portanto, meio termo, ou se tem ou não se tem cidadania.

A respondente dois enfatizou que a política tinha potencial para reforçar o protagonismo e a participação cidadã, no entanto, havia limitações institucionais que impactavam negativamente tais questões.

Essa pseudolimitação institucional com o cidadão, é fruto da intensa luta social por liberdade e autonomia. Os conteúdos dessas lutas foram redefinidos e recriados em outra luta incessante: a definição política e social dos direitos à liberdade e à autonomia (REGO e PINZANI, 2015).

Já o respondente três, compreende que o trabalho desenvolvido foi capaz não só de estimular, mas, além disso, refletir em ações comunitárias, como a hierarquização das prioridades do bairro e a negociação junto às secretarias, para que as políticas públicas necessárias fossem orçadas e executadas pelo poder público.

Ainda no tocante a cidadania e inclusão social, indagou-se sobre a participação da sociedade civil no Provoz,

Quadro 6 - Participação da sociedade civil no Provoz

Respondente um	Respondente dois	Respondente três	Respondente quatro
Em todas as oficinas tivemos a participação dos moradores das áreas visitadas. Considero a participação boa.	A participação, organizada, da sociedade civil ainda é um desafio, pela compreensão de pautas coletivas e, inclusive, de conhecimento de direitos sociais que permitam a exigência de cumprimento de forma assertiva. Há movimentações individuais de lideranças que se destacam e buscam, continuamente, arregimentar novas participações, mas há ainda uma cultura deficiente de engajamento.	Ao discutir suas necessidades, as famílias fortaleciam seus sentimentos de identidade e de solidariedade comunitária e promovia articulações com as instituições que atuavam nas comunidades, nas regionais e nas secretarias municipais e estaduais.	A participação da sociedade civil em todas as oficinas, em todas as reuniões foi muito boa. Eu avalio como boa, não avaliou como ótima, porque a gente, como eu falei, eles se sentiam valorizados, teve a oficina que a gente fez aí no galpão que deu 107 pessoas, e você fazer uma reunião, é uma assembleia, com 107 pessoas e era muito importante, cada oficina que a gente fazia dentro das comunidades a participação era muito bem, o pessoal corria pra saber o que era, pra saber o que tava acontecendo, o pessoal que não era convidado.

Fonte: Elaborado pela autora.

Novamente percebeu-se uma aproximação nas respostas das respondentes um e quatro, ambas consideram a participação da sociedade civil na política do Provoz como boa.

Ainda acerca da respondente quatro, essa mencionou que os moradores se sentiam valorizados quando os mobilizadores realizavam às visitas domiciliares e os convidavam para participar das reuniões, como exemplo, citou uma oficina no Canindezinho com 107 pessoas.

Na contramão dessas respostas, está a respondente dois, para ela a participação da sociedade civil continua sendo um desafio. Em sua reflexão, isso acontece devido à falta de conhecimento da população sobre os direitos sociais, embora tenham lideranças que se destacam nesse quesito, ainda há uma deficiência no engajamento das pessoas.

Mas, “A palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte [...]” (BORDENAVE, 1994, p. 22), porque ela é construção, não acontece linearmente, tem seus momentos passivos de fazer parte e ativos de tomar parte (BORDENAVE, 1994). A participação é um processo que requer tempo, paciência e flexibilidade (NELSON e FINAN, 2014).

O respondente três direcionou sua resposta para a questão familiar, pois quando as famílias discutem suas necessidades, elas fortalecem a identidade e solidariedade comunitárias, para realizar vínculos com o poder público que atua no bairro.

Indagou-se também sobre a participação do poder público na política do Provoz, como segue na próxima figura.

Quadro 7 - Participação do poder público no Provoz

Respondente um	Respondente dois	Respondente três	Respondente quatro
Faltou resposta do poder Público em diversos momentos. Com isso enfraqueceu o nosso projeto dentro das comunidades. As pessoas esperavam que as demandas fossem atendidas, e poucas foram.	Na experiência vivida, entendo também deficitária a participação institucional, com pautas sem aprofundamento e ínfima adesão de entes relacionados. De forma interinstitucional, há uma sobreposição de ações que tendem, muitas vezes, a ser vistas como concorrentes em relação à participação popular.	A participação do poder público começou pelo melhor acolhimento das comissões de representantes da cidadania nas unidades comunitárias, regionais, municipais e estaduais nas lutas comunitárias pelo atendimento de suas necessidades. Como conquistas, nas propostas prioritárias, foram alcançadas as construções de um posto de saúde, de escolas em tempo integral, melhorias nos atendimentos dos serviços de saúde, educação, assistência social e, posteriormente, em obras de saneamento básico e quadras esportivas.	Assim, a proposta do Provoz não era a gente levar a comunidade até a Prefeitura, os órgãos públicos. A proposta do Provoz era trazer os órgãos públicos até a comunidade e foi pouca. Acho que a participação do poder público foi, praticamente a gente não teve. Não teve a participação do poder público, assim nessa visão de vim até comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

As respostas revelam uma conexão entre três dos quatro entrevistados ao enfatizarem a ausência do poder público na política do Provoz, seja devido à falta de respostas às demandas comunitárias, seja pelo déficit no aprofundamento das pautas ou pela carência de adesão dos entes públicos e, ainda, pela sobreposição de ações entendidas como concorrentes à participação popular.

A respondente quatro manifesta que a proposta do Provoz era levar a institucionalidade até a comunidade e cita como exemplo o atendimento do CRAS Canindezinho,

É, morreu um rapaz, mataram um rapaz está com três dias, almoçou ali no galpão, já era um senhor de idade e o corpo ainda está no IML, a família não conseguiu tirar, porque não tem um parente de primeiro grau, os parentes são só sobrinhas, e ele ainda está lá, e agora tem um filho que está fazendo um exame de DNA, isso sozinho, sem ter o acompanhamento de uma Assistente Social, isso porque o CRAS não conhece a comunidade, entendeu [...]. E o CRAS precisava disso, porque a Assistente Social falando comigo, mulher de Deus, aqui as mulheres daqui são todas viúvas, todas são separadas, ninguém tem marido, mas, você sabe que todo mundo tem. O problema é que ela quer receber os R\$ 600,00 reais, e o homem dela também quer receber os R\$ 600,00 reais, aí botam separados, ele arranja um endereço não sei por onde, e bota. E quando você conhece a comunidade isso não acontece. Agora tem o cartão de R\$ 300,00 reais, como é que vai ser a entrega desses cartões? (ENTREVISTA RESPONDENTE QUATRO, JUNHO 2023).

Com isso, reflete-se que os profissionais dos órgãos que atuam diretamente na comunidade não conhecem os beneficiários da política do Bolsa Família vinculado ao Governo Federal. E, se o CRAS que tem um atendimento de proximidade com o beneficiário das políticas assistenciais não realiza a contento seu trabalho, os demais órgãos, por vezes distante da comunidade, também não vão ao território para ouvir, acolher, executar as demandas dali, embora não tenham faltado tentativas,

O sonho da gente e até a gente tentou muitas vezes é que o CRAS saísse de dentro do CRAS, o poder público das suas salas com ar condicionado para pisar os pés dentro da comunidade, e isso nunca aconteceu, deles vir aqui, conhecer a realidade e botar o pé no chão, conhecer a realidade (ENTREVISTA RESPONDENTE QUATRO, JUNHO 2023).

Não à toa, a ida dos pobres às instituições, que foram criadas com a finalidade de lhes proteger, torna-se mais uma de suas descidas aos infernos; descidas que a sociedade reserva àqueles que ela destituiu de voz pública e política (REGO e PINZANI, 2015).

Contrariamente, o respondente três informou que a participação do poder público se efetivou no acolhimento das comissões da cidadania e cita algumas conquistas, fruto dessa parceria,

Como conquistas, nas propostas prioritárias⁴, foram alcançadas as construções de um posto de saúde, de escolas em tempo integral, melhorias nos atendimentos dos serviços de saúde, educação, assistência social e, posteriormente, em obras de saneamento básico e quadras esportivas (ENTREVISTA RESPONDENTE TRÊS, JUNHO 2023).

Assim, identifica-se uma contradição na concepção do Provoz por parte dos entrevistados, se a sua proposta era levar os órgãos até às comunidades ou se a comunidade deveria conhecer seus direitos e reivindicá-los junto ao poder público.

A pergunta seguinte trata acerca do clientelismo⁵ e do dano que essa prática da pequena política, causa nas comunidades carentes, conforme o que segue,

Quadro 8 - Práticas clientelistas na comunidade

Respondente um	Respondente dois	Respondente três	Respondente quatro
Na minha visão de pesquisadora não conseguimos alcançar êxito nesse quesito.	Pelo curto espaço de tempo, não consigo fazer essa avaliação.	O Provoz, pela descontinuidade, não foi capaz de implementar uma capacidade de negociação permanente pelo atendimento de direitos nas comunidades apoiadas. A organização social não foi suficiente para consolidar um poder de negociação capaz de sustentar uma luta continuada por direitos. A questão do clientelismo é mais alimentada pelo próprio poder público e há uma certa resignação da população com essa situação. Pode-se dizer que o clientelismo foi até intensificado na administração municipal.	Se o Provoz tivesse continuado, porque assim tem muita coisa que tem que ser como é que a gente chama contínuo ou sistemático, e eu acho que a gente tinha que ter continuado com o trabalho, porque, porque tem muita coisa que já é enraizada, já é enraizada, a questão do clientelismo, ele já vem de muitos anos, de muito tempo e para você acabar isso assim, em passe de mágica é complicado.

Fonte: Elaborado pela autora.

A respondente um compreende que o Provoz não foi capaz de minimizar a prática clientelista na comunidade. Já a respondente dois informou que não tinha capacidade de avaliar a questão, devido ao curto espaço de tempo trabalhando na política. A respondente quatro acredita que se o Provoz tivesse continuado, provavelmente o clientelismo teria diminuído, no entanto, como o projeto foi descontinuado, inviabilizou essa possibilidade, em suas palavras “[...] já é enraizada, a questão do clientelismo, ele já vem de muitos anos, de

⁴ Acerca das demandas de curto, médio e longo prazo serão tratadas posteriormente.

⁵ Essa discussão é intensificada na nuvem de palavras.

muito tempo e para você acabar isso assim, em passe de mágica é complicado” (ENTREVISTA RESPONDENTE QUATRO, JUNHO 2023).

O respondente três fez a seguinte afirmação: “A questão do clientelismo é mais alimentada pelo próprio poder público e há uma certa resignação da população com essa situação. Pode-se dizer que o clientelismo foi até intensificado na administração municipal” (ENTREVISTA RESPONDENTE TRÊS, JUNHO 2023).

A referida afirmação apresenta contrariedade com a proposta do Provoz em desenvolver com a comunidade a cidadania e a inclusão social, capaz de, se não acabar, pelo menos minimizar as práticas clientelistas, realizadas principalmente pelos políticos em períodos eleitorais, com a troca do voto por benesses, ou mais sério ainda, por políticas públicas que são de obrigação do Estado, como acesso a saúde, a educação.

O clientelismo requer desigualdade social, financeira e política entre as partes. Nesse caso, a pessoa que tem acesso a recursos tangíveis, como empregos, água, moradia etc., negocia esses bens em troca de bens intangíveis como o apoio político. Portanto, o clientelismo é um sistema que se autopromove em que há pouco incentivo para os políticos melhorarem o bem-estar dos seus constituintes porque a melhoria implicaria no enfraquecimento da sua influência sobre a comunidade (NELSON e FINAN, 2014, p. 154).

Nesse contexto, a cultura do clientelismo, na sociedade fortalezense, marcada pela desigualdade social, continua a dimensionar quem tem acesso às políticas públicas e aos direitos sociais, em especial, para os que vivem à margem da cidade.

Quando perguntado sobre a definição do Provoz houve uma simetria nas respostas dos quatro entrevistados.

Quadro 9 - Definição do Provoz

Respondente um	Respondente dois	Respondente três	Respondente quatro
Um projeto de desenvolvimento de comunidade que chegou com uma proposta muito boa, levou boa parte das comunidades a voltarem a sonhar, e pensar que a realidade fosse impactada, ou seja, através de uma atenção maior do poder Público.	Para mim, o Provoz é uma grande iniciativa de estímulo ao protagonismo e participação cidadã na perspectiva de disseminação de conhecimento para auto-organização comunitária.	O PROVOZ - A voz de todos consistia numa proposta de apoio à formação de movimentos comunitários que articulassem as pessoas em suas famílias, em suas comunidades, em suas escolas, em seus grupos culturais e esportivos, em suas igrejas e associações para asumirem uma clara compreensão de suas realidades e desencadear em lutas pela sua transformação na direção da redução das desigualdades e das injustiças sociais. O canal mais imediato para alcançar esses objetivos era a conscientização dos direitos da cidadania e o melhor e mais efetivo acesso às políticas públicas.	Assim o Provoz, ele tinha uma proposta, a proposta riquíssima do Provoz, eu fiquei logo encantada, porque eu me encanto por projetos participativos, onde a comunidade participa, tá entendendo, porque eu nunca fui a pessoa da comunidade pra poder ir sozinha, sem uma comissão, sem formar uma comissão numa reunião, ir atrás de alguma coisa para a comunidade, e eu gosto muito das propostas de projetos participativos, onde a comunidade, e o Provoz, a proposta era essa, trazer os órgãos públicos dentro da comunidade, onde o povo pudesse se sentir cidadão, porque no momento em que ele recebe um prefeito dentro da comunidade, que vai ouvi-lo, então olha como essas pessoas se sentem, lá em cima, com o ego lá em cima, e a proposta do Provoz era essa [...]

Fonte: Elaborado pela autora.

Conjugando as respostas, o Provoz era uma iniciativa ao protagonismo e participação cidadã, fez com que as comunidades envolvidas na política voltassem a sonhar com a transformação de suas realidades. Isso ocorreria com a conscientização de seus direitos e com a luta pelo acesso às políticas públicas. O povo se sentiria cidadão.

Para os formuladores da política, o Provoz “busca quebrar os laços de poder entre os mais pobres e proporcionar canais alternativos de acesso a serviços públicos para os quais os residentes são elegíveis devido ao seu *status* de cidadão” (NELSON e FINAN, 2014, p. 153) e, por conseguinte, demonstrar como a participação no projeto é capaz de enfraquecer as estruturas tradicionais de poder e criar estruturas de cidadania (NELSON e FINAN, 2014).

Apesar de toda essa potência, a política foi descontinuada, como se verifica na próxima pergunta.

Quadro 10 - Descontinuidade do Provoz

Respondente um	Respondente dois	Respondente três	Respondente quatro
Acredito que o principal fator foi a falta de recursos para gerir o projeto.	Ausência de interesse político (institucional).	O Provoz foi incapaz de conquistar um apoio político e financeiro que desse suporte à sua continuidade.	Briga, briga pelo poder dentro do Provoz. Briga pelo poder.

Fonte: Elaborado pela autora.

As três primeiras respostas revelam que os principais motivos para a descontinuidade da política do Provoz foi a falta de recursos financeiros e a ausência de apoio político-institucional. Seguida pelos problemas internos vivenciados pela equipe e pela falha em não devolver para a comunidade o que ela produziu, como segue abaixo,

[...] a participação do povo no diagnóstico participativo, foi uma das coisas muito importante no Provoz, esse diagnóstico eles engavetaram, muita coisa engavetou e não voltou para a comunidade, foi um ponto muito negativo no Provoz, as fotografias, por exemplo, o galpão era para ser um local onde todas as fotografias que fizeram do bairro, onde a comunidade tem acesso, porque aí no galpão a comunidade tem acesso para receber a quentinha, para receber o leite, aí então ele tem acesso para poder visualizar o trabalho que foi feito, e não foi feito isso, foi um ponto muito negativo do Provoz, e o diagnóstico nem eu tenho esse diagnóstico, principalmente porque eu fui provedora [...]. E a comunidade também não teve acesso, porque podia ter sido feito oficinas, reuniões, avaliações com a comunidade e não foi feito isso (ENTREVISTA RESPONDENTE QUATRO, JUNHO 2023).

O Provoz em sua primeira versão, 2013 a 2018, ocorreu como um projeto ligado ao Cetrede, Unifor, Funcap, Secretaria Regional V, Setra e duas Universidades dos Estados Unidos. Posteriormente, retornou em 2020, vinculado somente a CEPPJ/Instituto Cuca. É bem verdade que em sua segunda versão, seu planejamento se deu durante quase todo o ano de 2019, ocorrendo na época um processo licitatório, que foi depois cancelado.

O Provoz enquanto política participativa institucional foi formulada com prazo de validade, sua descontinuidade tinha como data limite 31 de dezembro de 2020. Ela poderia ter sido renovada, mas, 2020 quando a política começou a planejar suas ações, veio a crise sanitária da Covid-19 que obrigou o Governo do Estado do Ceará a decretar *lockdown* em meados de março, neste período a equipe já havia realizado alguns encontros e reuniões.

Mas, o distanciamento social afetou negativamente a política, principalmente porque suas ações aconteciam na comunidade. Pouco se pode fazer e menos ainda demonstrar ao final do processo que pudesse justificar sua permanência.

Além disso, foi um ano eleitoral e, embora o prefeito Roberto Cláudio tenha feito seu sucessor - José Sarto, a estrutura administrativa no ano seguinte sofreu mudanças,

inclusive a CEPPJ passou de coordenadoria ao *status* de secretaria, substituição do gestor e, diante de todas essas alterações, aconteceu descontinuidade do Provoz. Essa conjuntura foi mencionada por Azevedo *et. al.* (2022) ao analisarem a descontinuidade do OP.

Assertivamente, a ausência do apoio político-institucional convergiu para sua descontinuidade e culminou para a falta de recursos financeiros, capaz de prosseguir com a política. Por isso, indaga-se:

Será mais fácil manter o clientelismo do que fomentar processos participativos que incentivem a cidadania e a inclusão social?

Se falta para a população a conscientização que ela tem “direitos a ter direitos”, porque a institucionalidade apostaria em uma educação política para os munícipes que mais necessitam do Estado?

Uma resposta para as duas questões: a desigualdade social continua a alimentar a fome e a miséria de um lado e, de outro, nutre os pseudopolíticos representantes do povo. Isso reverbera no que Pitkin (2006) identificou como representantes que excluem as pessoas dos benefícios da política, relacionado intrinsecamente ao agir exclusivamente em prol de seus próprios interesses (ALBRECHT, 2019), desvirtuando o sentido nato tanto da representação, como da política.

A terceira e última parte da entrevista semiestruturada elencou as necessidades de curto, médio e longo prazo do Canindezinho e perguntou-se aos respondentes quais haviam sido implementadas pelo governo municipal.

Quadro 11 – Propostas implementadas e não implementadas

Propostas Curto Prazo

Saúde	Respondente um		Respondente dois		Respondente três		Respondente quatro	
	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada
Conclusão do posto de saúde do Parque São Vicente.	X		Sem acesso às informações de forma atualizada.		Não sabe		X	
Conclusão do posto de saúde do Parque Jerusalém.	X				X		X	
Melhorar os atendimentos dos postos de saúde existentes (médicos e medicamentos).	X				X			X
Insegurança nos postos de saúde.		X				X		X

Regularização Fundiária	Respondente um		Respondente dois		Respondente três		Respondente quatro	
	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada
A maioria dos moradores não possui documentação de suas casas.		X	Sem acesso às informações de forma atualizada.			X		X
As comunidades mais críticas são: Marrocos, Nova Canudos, Terra de Assis.		X				X		X

Infraestrutura	Respondente um		Respondente dois		Respondente três		Respondente quatro	
	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada
Drenagem e pavimentação.	X		Sem acesso às informações de forma atualizada.		X		Parcial	
Construção de ponte para ligação das comunidades 8 de Dezembro e Planalto Vitória.	X				X		X	
Pavimentação e drenagem da Rua José Maurício.	Não respondida				Não sabe			X

Propostas Médio Prazo

Educação	Respondente um		Respondente dois		Respondente três		Respondente quatro	
	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada
Construção de escolas em tempo integral.	X		Sem acesso às informações de forma atualizada.		X		X	
Acesso a cursos profissionalizantes.		X				X		X

Cultura, Esporte e Lazer	Respondente um		Respondente dois		Respondente três		Respondente quatro	
	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada
Construção de praças da juventude.		X	Sem acesso às informações de forma atualizada.			X		X
Reabertura e revitalização da Vila Olímpica do Canindezinho.		X			Não sabe			X

Infraestrutura/Limpeza	Respondente um		Respondente dois		Respondente três		Respondente quatro	
	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada
Limpeza de lagoas.		X	Sem acesso às informações de forma atualizada.		Não sabe		X	
Limpeza de canais.		X			X			X
Esgoto a céu aberto.		X			X			X
Pontos de lixo.		X			Não sabe			X

Propostas Longo Prazo

Emprego e Renda	Respondente um		Respondente dois		Respondente três		Respondente quatro	
	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada
Acesso a empregos no próprio bairro.		X	Sem acesso às informações de forma atualizada.			X		X

Fiscalização	Respondente um		Respondente dois		Respondente três		Respondente quatro	
	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada
Invasão de terrenos onde acontecem construções sem aprovação da Prefeitura.		X	Sem acesso às informações de forma atualizada.			X		X

Mobilidade Urbana	Respondente um		Respondente dois		Respondente três		Respondente quatro	
	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada
Melhoria e aumento dos transportes coletivos.		X	Sem acesso às informações de forma atualizada.		X			X

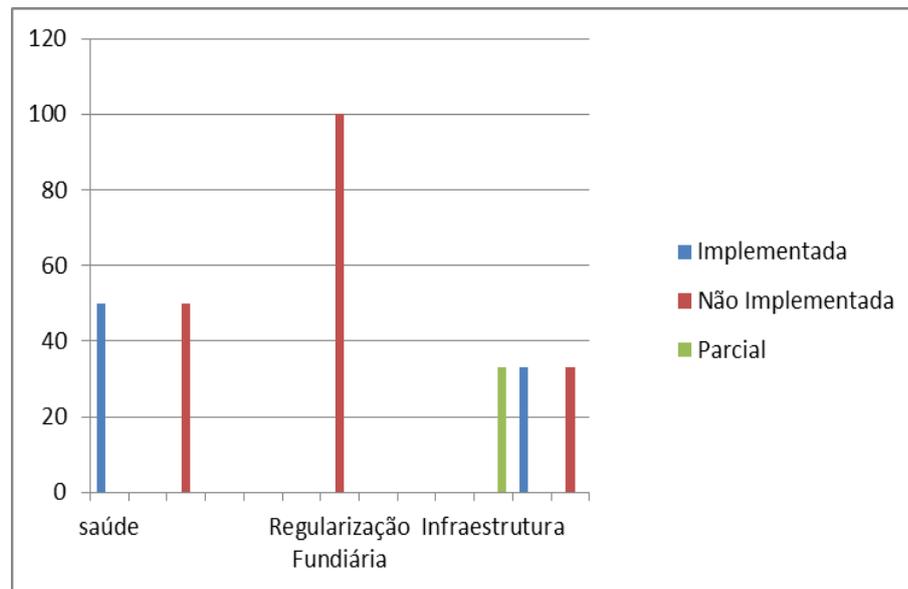
Segurança	Respondente um		Respondente dois		Respondente três		Respondente quatro	
	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada
Assaltos. Violência. Melhorar a relação entre a polícia e o bairro.		X	Sem acesso às informações de forma atualizada.		X			X

Comunicações-Internet	Respondente um		Respondente dois		Respondente três		Respondente quatro	
	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada	Implementada	Não implementada
Melhoria do acesso a internet.	X		Sem acesso às informações de forma atualizada.		Não sabe			X
Acesso do <i>wifi</i> nas escolas e espaços públicos.	X				Não sabe		X	

Somente as respostas da respondente quatro foram transformadas em gráficos. A justificativa é que a mesma é moradora do Canindezinho e, por isso, tem maior conhecimento do território. No entanto, analisando as demais respostas⁶, percebe-se que não houve na análise um enviesamento.

O primeiro gráfico retrata as propostas de curto prazo dirigidas para a saúde, regularização fundiária e infraestrutura.

Gráfico 1 - Propostas de Curto Prazo



Fonte: Elaborado pela autora.

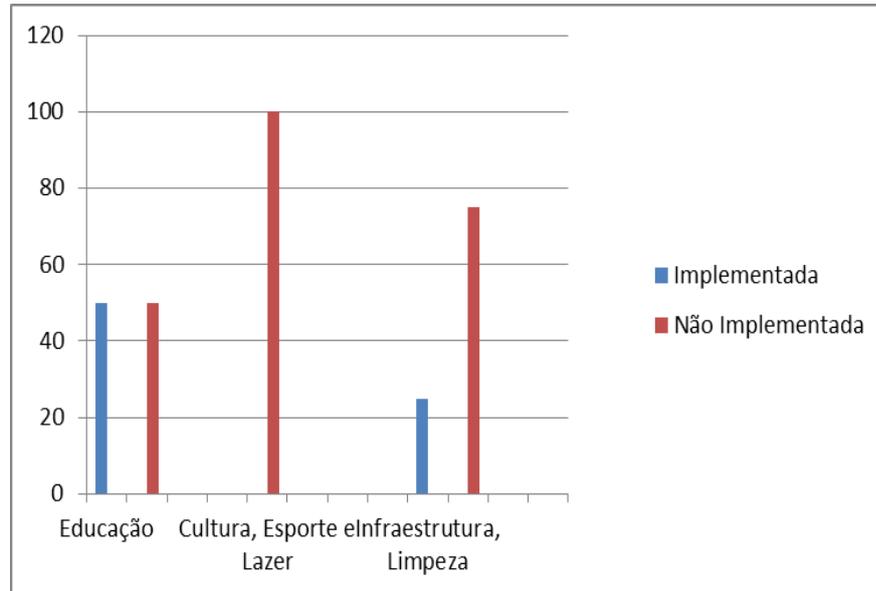
Os dados revelam que as demandas da saúde foram atendidas em 50%, na regularização fundiária não houve nenhuma política implementada e, na infraestrutura, as necessidades da população foram traduzidas com o percentual de 33% seja para atendidas totalmente, parcialmente e não executadas. Destaque positivo para a conclusão dos postos de saúde Abner Cavalcante e Parque Jerusalém e, negativamente, para a política de regularização fundiária.

Grande parte da periferia de Fortaleza aconteceu através de ocupações de terras privadas e terrenos públicos, que não permitiu um processo de planejamento urbano, permanecendo uma infraestrutura muito pobre (NELSON e FINAN, 2014), o que dificulta na obtenção dos critérios para a regularização fundiária.

⁶ A respondente dois informou não ter conhecimento atualizado sobre a implementação das necessidades comunitárias.

O gráfico seguinte apresenta as propostas de médio prazo, em que 50% do que foi demandado para a educação foi efetivado, enquanto que o percentual negativo de 100% fica para a cultura, esporte e lazer.

Gráfico 2 - Propostas de Médio Prazo

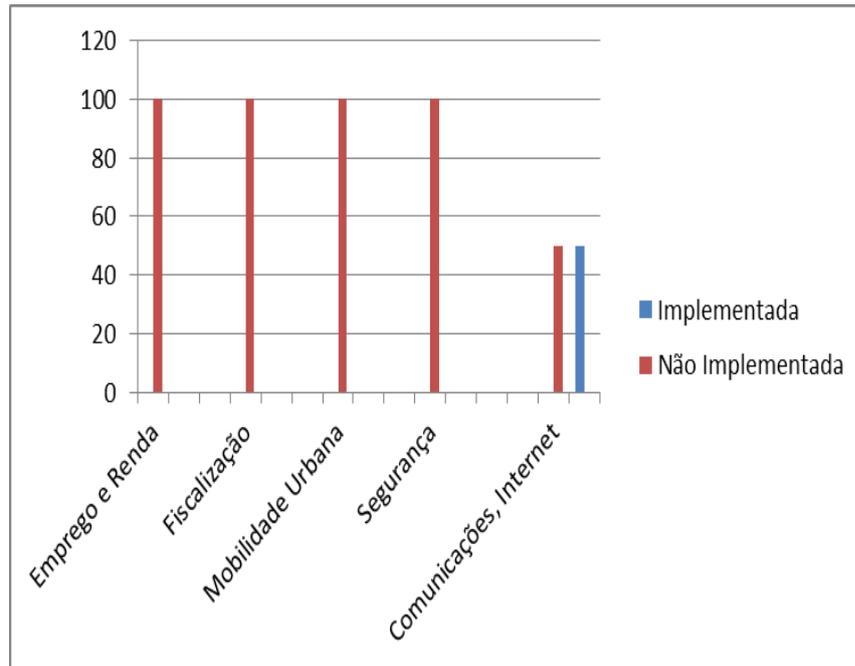


Fonte: Elaborado pela autora.

No Canindezinho foram construídas duas escolas de tempo integral, uma delas é a Escola Municipal de Tempo Integral Professor Alexandre Rodrigues de Albuquerque. Na infraestrutura, das quatro demandas, somente uma foi efetivada, a da limpeza de lagoas.

Neste caso, é impossível garantir a tríade de direitos: civil, político e social encontrada em Carvalho (2001), já que o cidadão pleno seria detentor desses três direitos. Partindo dessa premissa, os moradores do Canindezinho seriam cidadãos incompletos, porque possuem apenas alguns desses direitos, oscilando em outros momentos como não-cidadãos, quando não se beneficiam de nada.

As propostas de longo prazo implicavam cinco políticas públicas e, conforme dados abaixo, foi a de menor percentual de demandas realizadas.

Gráfico 3 - Propostas de Longo Prazo

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste grupo de necessidades somente a internet - wifi nas escolas espaços públicos foi atendido. Essa ferramenta que deveria ajudar na construção do conhecimento para os alunos, já se apresenta como problema, de acordo com a respondente quatro. Essa inversão ferramenta *versus* problema é percebida porque os alunos que receberam um *tablet* estão esquecendo as brincadeiras de outrora (pipa, jogar bola na rua) e permanecem muito tempo do dia utilizando o referido equipamento.

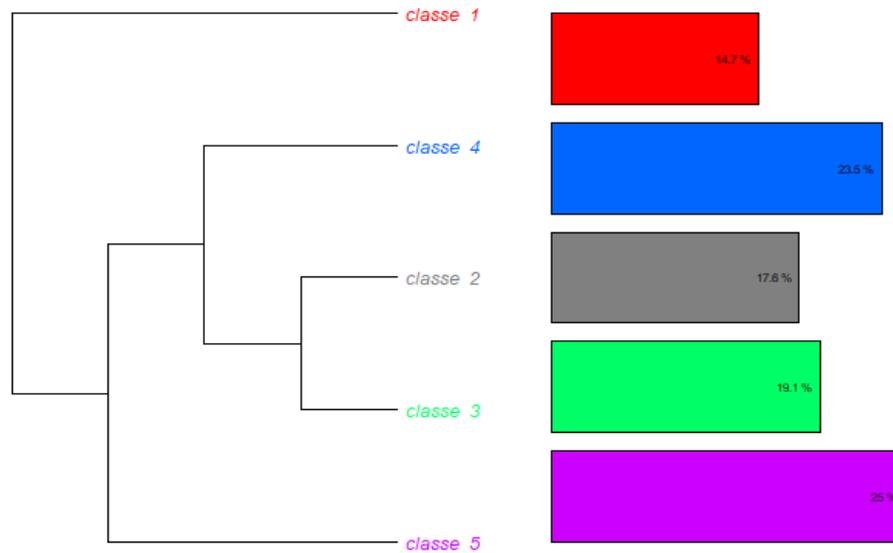
Os moradores relataram falta de acesso à saúde, educação, transporte público e serviços sanitários e observam as prioridades políticas dirigidas para as regiões geográficas das classes abastadas e para os pontos turísticos (NELSON e FINAN, 2014). Um verdadeiro abandono político-institucional.

Na próxima subseção as entrevistas serão analisadas com o software iramuteq.

6.2 Análise de conteúdo com o iramuteq

O corpus geral analisado em um único texto gerou um conteúdo categorizado em cinco classes pelo iramuteq. A classe um (vermelha) representa 14,7%; classe dois (cinza) com 17,6%; classe três (verde) com o percentual de 19,1%; classe quatro (azul) composta por 23,5%; classe cinco (lilás) aparece com 25%.

Figura 1 – Dendograma das classes e seus percentuais



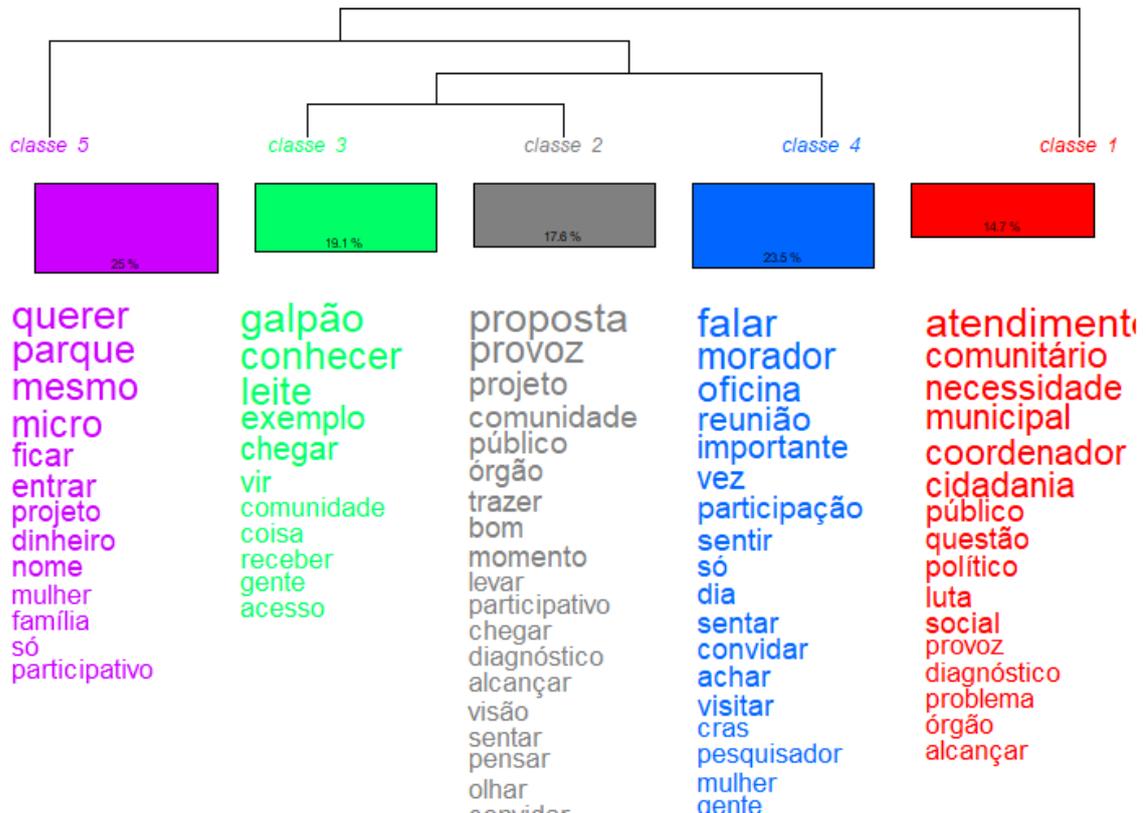
Fonte: Elaborado pela autora por meio do *software* Iramuteq.

Percebe-se que existe uma escala de ramificação entre as classes, em que a classe um está acima das demais, portanto, mais equidistante das outras classes, embora se interligue diretamente com a classe cinco que está um pouco abaixo, posteriormente vem à classe quatro, e, depois, às classes dois e três, as quais estão mais interligadas e com proximidade com a classe quatro.

Foi possível constatar uma associação e predominância das respostas entre o perfil dos respondentes com as cinco classes. Na classe um, há o predomínio das respostas do gestor do Provoz, na classe dois o *software* relacionou às respostas a pesquisadora e mobilizadora social, também moradora do Grande Bom Jardim e assistente social, às classes três e cinco estão associadas às respostas da coordenadora do projeto e moradora do Canindezinho, a classe quatro diz respeito a coordenadora institucional e assistente social.

Esse mesmo corpus, quando visualizado por meio de um filograma de palavras, apresenta as principais palavras com os vocabulários semelhantes entre si e diferentes entre as demais classes, como foi possível verificar na figura que segue abaixo.

Figura 2 – Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Fonte: Elaborado pela autora por meio do *software* Iramuteq.

Nesse tipo de análise, as palavras mais próximas ao topo representam sua relevância na perspectiva do que foi mencionado pelos entrevistados. Por sua vez, o iramuteq apresenta as classes com os dados agrupados a partir dos discursos dos técnicos e gestor do Provoz, fazendo as relações entre ambos. A classe um (vermelha) apresenta “atendimento”, “comunitário”, “necessidade” como as palavras de maior intensidade e, já na parte de baixo da classe, estão as palavras “alcançar”, “órgão”, “problema”. A classe dois (cinza) traz como palavras prioritárias “proposta”, “provoz” e “projeto”. A classe três (verde) identificou-se como palavras mais fortes “galpão”, “conhecer”, “leite” e, como de menor relevância “acesso”, “gente”, “receber”. A classe quatro (azul) foi nomeada como as palavras mais importantes “falar”, “morador” e “oficina”. Por fim, a classe cinco (lilás) revela com maior força as palavras “querer”, “parque”, “mesmo”.

Como intersecção entre as classes, sem mencionar suas respectivas posições, estão os vocábulos “projeto” presente nas classes lilás e cinza e está associado a “provoz” contido nas classes, cinza e vermelha; o termo “participativo” está representado nas classes, lilás e cinza, e “participação” na classe azul. E, a palavra “comunidade” está nas classes, verde e

cinza, e “comunitário” na classe vermelha. Esses três verbetes podem formar frases como “projeto participativo comunitário”.

Analisando separadamente cada classe, identifica-se que na classe um há uma relação entre os três primeiros verbetes, e diz respeito ao atendimento das necessidades da comunidade, as quais foram apontadas pelos moradores do Canindezinho, como algo prioritário para o curto, médio e longo prazo, por meio do diagnóstico participativo.

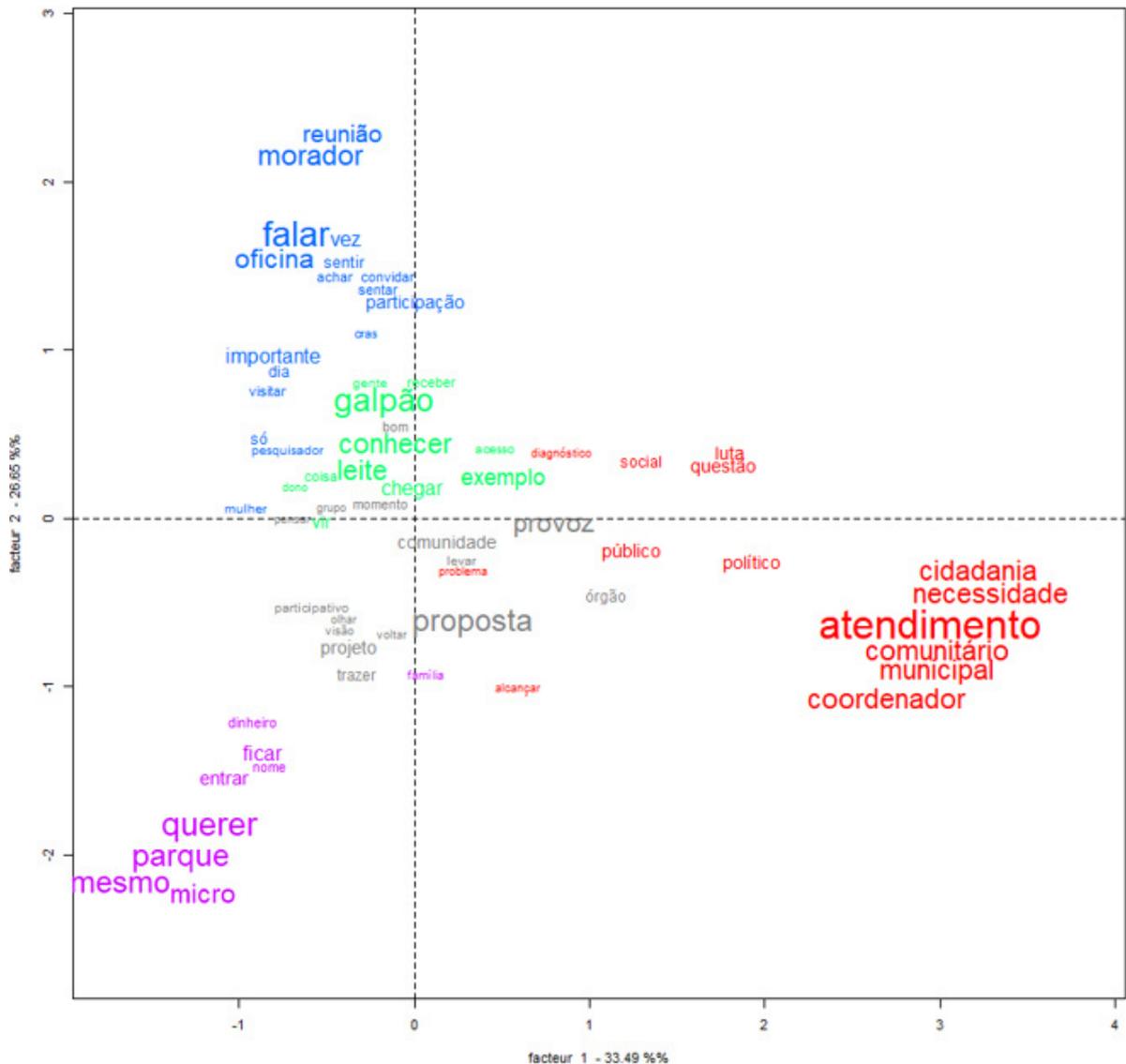
A classe dois menciona a proposta do projeto Provoz com a metodologia participativa de pensar a comunidade a partir dela mesma, apontando as forças e as fraquezas, nos desenhos e fotografias, para, em seguida, estabelecer uma reflexão nas oficinas, e construir saídas para os problemas elencados.

Com a classe três verifica-se a experiência do galpão Pé no Chão, de propriedade de uma das respondentes, onde acontece à entrega de leite e sopa para os mais necessitados da comunidade, o referido galpão foi construído por intermédio dos padres de uma congregação italiana, os cambonianos, que ficaram na comunidade durante 10 anos, realizando um trabalho missionário. Ao todo foram construídos 16 galpões no GBJ.

A classe quatro retrata como o Provoz de fato acontecia. Primeiro, com a visita dos pesquisadores e mobilizadores às residências da comunidade, para convidar seus moradores a participar das oficinas, reuniões e, depois, para se fazerem presentes nas caminhadas pelo bairro, com o objetivo de fotografar e desenhar os problemas das ruas, becos e vielas.

A última, classe cinco, traz outra experiência participativa ocorrida mais recentemente no Canindezinho, trata-se da construção de um microparque, realizado pela Prefeitura de Fortaleza e Governo do Estado do Ceará, em que, de fato, a participação comunitária foi ativa e decisória durante todo o processo.

Figura 3 – Análise Fatorial por Correspondência (AFC)



Fonte: Elaborado pela autora por meio do *software* Iramuteq.

A figura acima apresenta as cinco classificações em um plano cartesiano que representa distância, proximidade e convergência entre as classes do corpus de respondentes. Percebe-se que existe uma relação fraca e forte entre as classes. A classe um (vermelha) está dissociada, mas apresenta leve associação com a classe dois (cinza). As classes dois (cinza) e três (verde) têm grau de proximidade entre si, e a classe três (verde) tem pouca relação com a classe quatro (azul), a classe cinco (lilás) está mais distante das demais, e mantém leve aproximação com a classe dois (cinza).

Pelo plano cartesiano foi possível diagnosticar as posições majoritárias, medianas e inferiores das palavras de cada classe. Ocupam posição mediana na classe um (vermelha) às

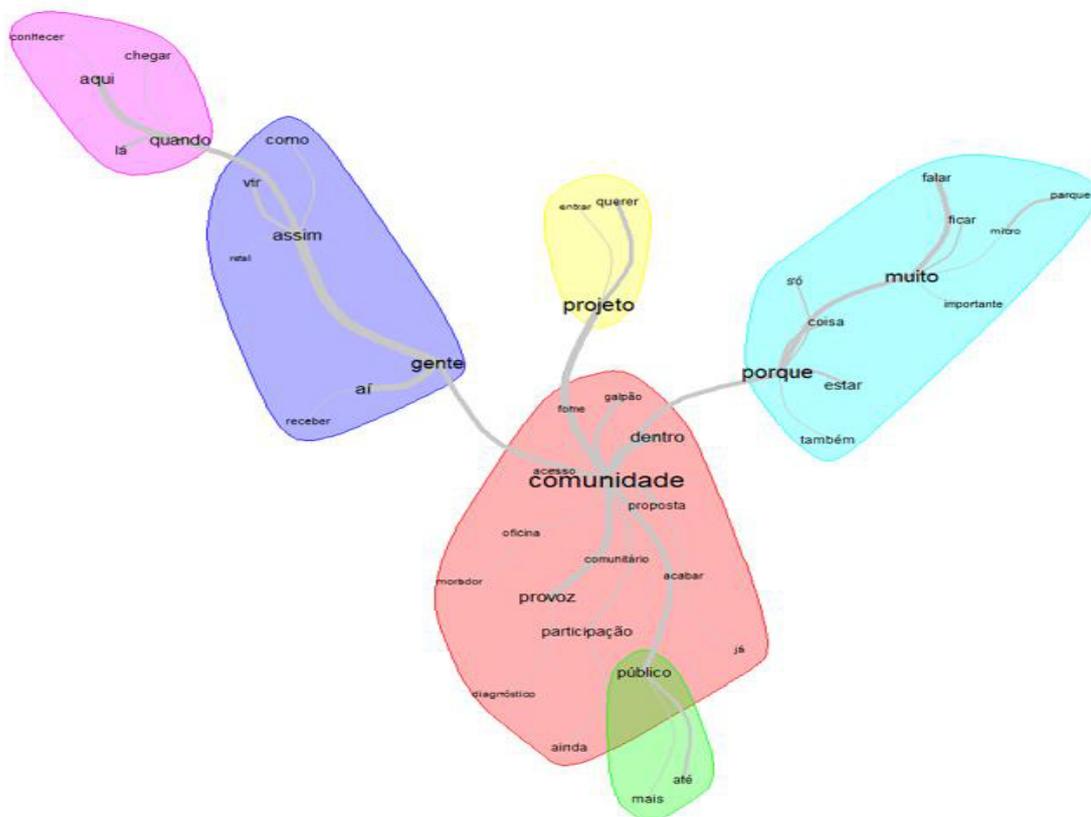
palavras “coordenador” e “cidadania”. Cidadania e inclusão social eram a base do Provoz, por isso, bastante integrada ao verbete coordenador.

Na base da classe dois (cinza) estão as palavras “olhar” e “pensar” cujo significado está associado à reflexão dos moradores do Canindezinho acerca de sua realidade e da necessidade de transformá-la, para se alcançar uma vida digna e com os direitos respeitados.

Também, na base da classe três (verde) estão os termos “acesso” e “gente”, que significa a oportunidade das pessoas em receber gratuitamente uma alimentação. Em posição mediana, aparecem as palavras “participação” e “sentir” na classe quatro (azul) e fazem conexão com o sentimento comunitário em discutir seus problemas e apresentar possíveis soluções.

A classe cinco (lilás) tem em seu topo a palavra “querer” que representa a potência comunitária quando tem voz ativa para decidir seu destino.

Figura 4 - Análise de similitude



Fonte: Elaborado pela autora por meio do *software* Iramuteq.

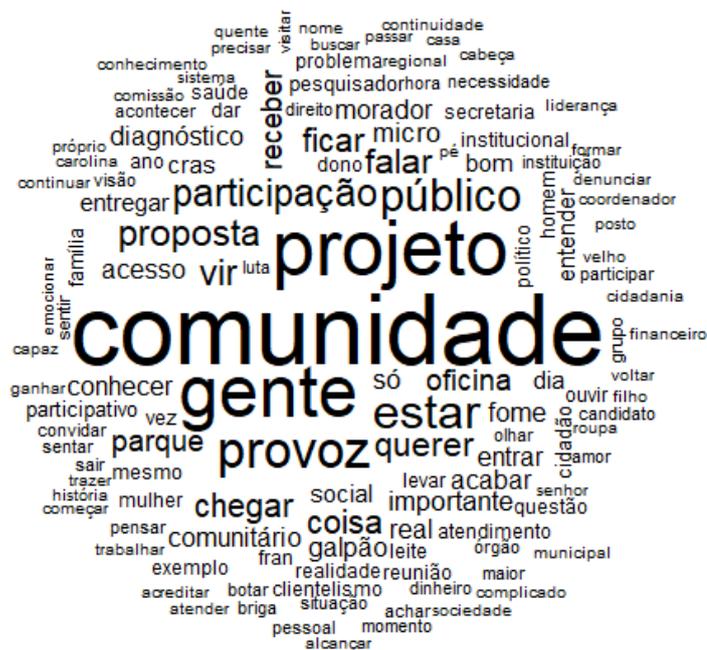
Baseada na teoria dos grafos, a análise de similitude possibilita identificar a ramificação e a conexidade das palavras. No gráfico acima existe o predomínio central da palavra “comunidade”. Essa grafia traz algumas palavras muito importantes em seu círculo “provoz”, “participação”, “fome”, como também se associa aos demais círculos.

No sentido horário “comunidade” se associa com o círculo azul por meio do termo “porque”, com o círculo verde pela palavra “público”, círculo roxo com o termo “gente”, associado ao roxo o círculo rosa pink com “quando”, e o amarelo com o verbete “projeto”.

Além do mais, a formação da figura de similitude dá a ideia de uma borboleta, tendo como base a comunidade, mas, também a participação, que tem papel fundamental neste voo de liberdade para uma sociedade mais justa e menos desigual.

Dessa forma, o que se pode inferir por meio dos discursos é que os respondentes colocaram a comunidade no eixo central do Provoz, e isso revela a responsabilidade da política, tanto no que diz respeito à cidadania, como também a inclusão social, razões de ser da referida política comunitária.

Figura 5 – Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pela autora por meio do *software* Iramuteq.

A nuvem de palavras é outra forma de analisar o discurso dos respondentes. Percebe-se com maior nitidez as palavras mais evocadas “comunidade”, “projeto”, “gente”, “participação”.

Em menor ênfase estão palavras como “clientelismo”, “briga”, “continuidade” que aparentemente estão invisibilizadas na nuvem de palavras, mas, essas palavras respondem perguntas realizadas na entrevista semiestruturada.

O termo “clientelismo está literalmente associado a “fome”, como se verifica na transcrição da fala de uma das respondentes,

Mas, o que não acaba com o clientelismo, uma coisa que eu não, são as lideranças comunitárias, nós nunca vamos acabar enquanto tiver lideranças comunitárias, que são é praticamente cabos eleitorais dentro da comunidade, e é complicado, porque na situação que o povo está, na situação de fome que o povo passa, de miséria. Olha eu vendo pelo voto por R\$ 50,00 reais, é o que aconteceu agora nas últimas eleições, R\$ 50,00 reais, bastava o número do título, e tá aqui R\$ 50,00 reais, é difícil, muito difícil, se você vai no projeto Irmão Sol, Irmã Lua, duas horas da tarde, eu contei um dia uma fila de 302 pessoas, para receber 1 litro de sopa, eu não gosto de falar porque eu me emociono. E se tu ver o público, tu ver que é o público mais miserável que possa existir, um povo que nem chinela tem, nem uma roupinha adequada tem, tá entendendo, aquelas senhoras, são catadores que vem receber.
[...] aí quem tem fome, tem pressa, já dizia nosso querido Betinho, quem tem fome, tem pressa e aí é complicado você acabar com o clientelismo, enquanto a comunidade ainda tá nessa situação, de muita fome, muita fome (ENTREVISTA RESPONDENTE QUATRO, JUNHO 2023).

O verbete “briga” associa-se a “(não) continuidade”, devido a respondente quatro mencionar que o Provoz foi descontinuado em virtude da briga pelo poder existente entre alguns integrantes da equipe.

E o Provoz, se ele tivesse dado continuidade, se essa briga de poder dentro [do projeto], dando privilégio algumas pessoas e a outras não, e acabou. O projeto acabou por causa disso, foram saindo às pessoas que não tinham o conhecimento maior, [mas, que tinham] uma experiência maior de comunidade, e foram ficando pessoas que não sabiam nem o que era comunidade. Aí com isso o projeto, que só queriam saber de dinheiro e de... não sei o que queria dentro do projeto, não sei se eram nomes, chegar a algum lugar [...] (ENTREVISTA RESPONDENTE QUATRO, JUNHO 2023).

A respondente quatro revelou que existiam pessoas na equipe Provoz que não sabiam o que era comunidade, tendo como único objetivo o poder.

7 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Esta pesquisa se propôs a responder a seguinte pergunta: Qual a percepção dos técnicos e gestor do Provoz acerca da descontinuidade da política? Para tanto, traçou-se o objetivo geral, avaliar a descontinuidade do Provoz – a voz de todos como política comunitária participativa e específicos: (i) caracterizar o Provoz no contexto da participação e da cidadania; (ii) identificar a relação entre representatividade e demandas comunitárias advindas do diagnóstico participativo e (iii) compreender a percepção dos técnicos e gestor do Provoz acerca da descontinuidade da política.

Utilizou-se o paradigma da avaliação construtivista e uma abordagem qualitativa, também recorreu-se ao estudo de caso único, triangulação de métodos e aplicação de técnicas, analisou-se os dados primários por duas perspectivas.

Nos objetivos descreveu-se a política do Provoz que dialogou sobre participação e cidadania com teóricos dos referidos temas, identificando essa política de participação comunitária com aquilo que se chamou de “públicos participativos” ou em outra concepção de “instituições híbridas”, como os espaços de participação dos atores sociais na arena política, cujo denominador comum entre os atores seria a produção de políticas públicas.

Revelou-se, também, a crise entre representante e representado, que embora exista uma interpretação ampliada sobre representação, para além do mecanismo eleitoral e do voto, na prática, os residentes do Canindezinho se sentem abandonados pela institucionalidade, ganhando “protagonismo cidadão” somente no período eleitoral com a compra de seu voto por R\$ 50,00 (cinquenta reais) ou pela troca de favores, incluindo-se o acesso às políticas públicas que já são direitos constitucionais garantidos, tudo isto em conformidade com os autores visitados no transcurso deste estudo.

O ápice da pesquisa está no terceiro objetivo em que se avaliou a descontinuidade da política do Provoz por meio dos técnicos e gestor. Para eles, os principais motivos desta descontinuidade são a falta de recursos financeiros e a ausência de apoio político-institucional, seguida pelos problemas internos vivenciados pela equipe e pela falha em não devolver para a comunidade o diagnóstico participativo por ela elaborado.

A pesquisa apresentou limitações no que diz respeito à ausência de entrevista com moradores do bairro Canindezinho que não possuíssem vínculo empregatício com a Prefeitura de Fortaleza, mas, ao mesmo tempo, credita-se na potência da avaliação da respondente quatro sobre a política.

Com isso, a relevância em investigar processos participativos comunitários continua sendo uma aposta e compromisso com a cidadania ativa e com o tomar parte nas decisões governamentais. Assim, os objetivos foram contemplados e acredita-se ser possível suscitar ou despertar, em outros pesquisadores, o desejo de aprofundamento desta temática.

REFERÊNCIAS

- ALBRECHT, Nayara F. Macedo de Medeiros. Teorias da democracia: caminhos para uma nova proposta de mapeamento. **BIB**, São Paulo, n. 88, 2019 (publicada em fevereiro de 2019), pp. 1-24.
- ARAÚJO. Anderson Wagner Santos de. SOUZA. Keyla Mirelly Nunes de. A Continuidade e a descontinuidade de Políticas Públicas na Gestão Municipal de Petrolina-PE. Id on Line **Rev. Mult. Psic.** V.13, N. 45 SUPLEMENTO 1, p. 282-301, 2019 - ISSN 1981-1179. Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>.
- ARROYO. Miguel G. Pobreza, **Desigualdades e Educação**. Curso de Especialização: Educação, Pobreza e Desigualdade Social – Módulo Introdutório. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Governo Federal. 2015.
- AZEVEDO. Ricardo Rocha de. *et. al.* Efeitos políticos na descontinuidade do orçamento participativo em municípios. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** | Rio de Janeiro 56(3): 349-372, maio - jun. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- CAMARGO, Brígido Vizeu. JUSTO. Ana Maria Justo. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia** – 2013, Vol. 21, no 2, 513-518.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas. **XXIX Encontro Anual da ANPOCS - GT19 - Políticas Públicas**, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.” In. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, pp, 229-250.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DAGNINO, Evelina (Org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense – 1994.
- DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004 - pp. 95-110.
- FORTALEZA. Câmara Municipal de. Lei Orgânica do Município (LOM). Disponível em: <https://www.cmfor.ce.gov.br/atividades-legislativas/normas-juridicas/lei-organica/>. Acesso

em: 10 jun. 2017.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Elaboração Plano Plurianual 2018-2021 e LOA 2018** – Território 21, 2017.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Caderno de Trabalho – A Fortaleza que Queremos**. [Sl.: Sn.], 2015.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Citinova – Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza**. Disponível em: <https://fortaleza.ce.gov.br/institucional/asecretaria-350>. Acesso em: 02 dez. 2020a.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Prefeito Roberto Cláudio lança Projeto Meu Bairro Empreendedor no Bom Jardim**. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-lanca-projeto-meubairro-empreendedor-no-bom-jardim>. Acesso em: 02 dez. 2020b.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Iplanfor – Instituto de Planejamento de Fortaleza**. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-343>. Acesso em: 02 dez. 2020c.

FREITAS, Nilson Almino de. MARQUES, Francisco Renan Dias. A educação não escolar na periferia pode ensinar algo para a escola?. **Revista Brasileira de Educação** - v. 28 e280059 – 2023.

FREITAS, Wesley R. S., JABBOUR, Charbel J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **ESTUDO & DEBATE**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

GODINHO, Isabel Cavalcante. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. **Anais do I Circuito de debates acadêmicos**. 2011. Disponível em<<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf>> Acessado em 13 jun. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Gestão Pública e os Conselhos: revisitando a participação na esfera institucional. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. V.10 N.3 2016 ISSN: 1984-1639.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH, Salvador**, v. 32, n. 85, p. 63-81, Jan./Abr. 2019.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Avaliação de quarta geração**. Trad. Beth Honorato. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Informe n. 42**, set. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Tradução: Renato Aguiar. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018 (LIVRO. DIGITAL) 364 p.

LINHARES. Clarice Barreto. **Uma Peça Participativa Para Dois Atores:** Instituições Políticas e Sociedade Civil na Cena dos Orçamentos Participativos. Dissertação Mestrado Ciência Política UFMG, 2006.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. BRISOLA. Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap** – São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Eduardo Cesar. Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 43, 1.º semestre de 1997, pp. 67-102.

MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações** – FEARP/USP, v. 2, n. 2, p. 8 - 18 jan./abr. 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia e a crise da representação política: a accountability e seus impasses. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.** Coimbra. 2004.

NELSON. Donald R. FINAN. Timothy J. Participação e impotência: a busca pela esperança na periferia de Fortaleza, Brasil. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p.152-170, ago/dez. 2014.

NOGUEIRA. Fernando do Amaral. **Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais:** Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. Dissertação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 139p. - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo – 2006.

PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: palavras, instituições e idéias.** Lua Nova, São Paulo, 67: 15-47, 2006.

PROVOZ – A VOZ DE TODOS. **Resumo do diagnóstico participativo do bairro Canindezinho:** a perspectiva dos moradores. 2015.

PROVOZ – A VOZ DE TODOS. **Breves relatos atividades Provoz.** 2020.

REGO. Walquíria Leão. PINZANI. Alessandro. **Pobreza e Cidadania.** Curso de Especialização: Educação, Pobreza e Desigualdade Social – Módulo I. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Governo Federal. 2015.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. CÂMARA NETO. Isnard de Albuquerque. A evolução do conceito de cidadania. **IN: Revista Ciências Humanas. V. 7, nº 2, 2001.**

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim.** Tradução: Sérgio Flaskman. 1a ed. São Paulo: Todavia, 2018.

SANTOS. Cristiane Vieira dos. **Avaliação da participação popular na política do Orçamento Participativo:** um estudo em Fortaleza no período de 2005-2016. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Ceará, 2019.

SOARES. Maria Victoria de Mesquita Benevides. **Cidadania e Direitos Humanos.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA – São Paulo – 2012.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003.

SOUSA. Leide Daiana Pinto de. **Projeto Provoz – a voz de todos:** uma experiência de participação comunitária. Artigo (Especialização em Legislação Social e Instrumentos Técnico do Trabalho do Assistente Social) - Faculdade Ratio, Fortaleza, 2017.

SPINK, Peter Kevin. Continuidade e descontinuidade em organizações públicas: um paradoxo democrático. **Cadernos Fundap**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 57-65, abr. 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Ceará / **Universidade Federal do Ceará**, Biblioteca Universitária, Comissão de Normalização. - Fortaleza, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Plano Integrado de Regularização Fundiária – ZEIS Bom Jardim.** 2019.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Rev SOCERJ.** 2007 ; 20(5):383-386 setembro/outubro.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração.** – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília] : CAPES ; UAB, 2009.

APÊNDICE A - Roteiro Entrevista Semiestruturada

1. Dados do Entrevistado

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Escolaridade:

1.4 Profissão:

2. Vínculo com o PROVOZ – A voz de todos

2.1 Qual o seu vínculo com o PROVOZ (institucional, acadêmico, sociedade civil, comunitário?)

2.2 Em que momento você participou do Projeto e por quanto tempo?

2.3 Você acredita que o Projeto foi capaz de estimular a cidadania e a inclusão social?

2.4 Qual sua avaliação da participação da sociedade civil no PROVOZ?

2.5 Como você avalia a participação do poder público no Projeto?

2.6 É possível demonstrar que o Projeto foi capaz de acabar ou diminuir as práticas clientelistas existentes na comunidade?

2.7 Como você define o PROVOZ?

2.8 Em sua opinião, por que o PROVOZ foi descontinuado?

3. Quais das propostas de curto, médio e longo prazo da primeira versão do PROVOZ para o bairro Canindezinho foram implementadas pela Prefeitura de Fortaleza?

3.1 Propostas Curto Prazo

Saúde	Implementada	Não Implementada
Conclusão do posto de saúde do Parque São Vicente.		
Conclusão do posto de saúde do Parque Jerusalém.		
Melhorar os atendimentos dos postos de saúde existentes (médicos e medicamentos).		
Insegurança nos postos de saúde.		

Regularização Fundiária	Implementada	Não Implementada
A maioria dos moradores não possui documentação de suas casas.		
As comunidades mais críticas são: Marrocos, Nova Canudos, Terra de Assis.		

Infraestrutura	Implementada	Não Implementada
Drenagem e pavimentação.		

Construção de ponte para ligação das comunidades 8 de Dezembro e Planalto Vitória.		
Pavimentação e drenagem da Rua José Maurício.		

3.2 Propostas Médio Prazo

Educação	Implementada	Não Implementada
Construção de escolas em tempo integral.		
Acesso a cursos profissionalizantes.		

Cultura, Esporte e Lazer	Implementada	Não Implementada
Construção de praças da juventude.		
Reabertura e revitalização da Vila Olímpica do Canindezinho.		

Infraestrutura/Limpeza	Implementada	Não Implementada
Limpeza de lagoas.		
Limpeza de canais.		
Esgoto a céu aberto.		
Pontos de lixo.		

3.3 Propostas Longo Prazo

Emprego e Renda	Implementada	Não Implementada
Acesso a empregos no próprio bairro.		

Fiscalização	Implementada	Não Implementada
Invasão de terrenos onde acontecem construções sem aprovação da Prefeitura.		

Mobilidade Urbana	Implementada	Não Implementada
Melhoria e aumento dos transportes coletivos.		

Segurança	Implementada	Não Implementada
Assaltos. Violência. Melhorar a relação entre a polícia e o bairro.		

Comunicações-Internet	Implementada	Não Implementada
Melhoria do acesso a internet.		
Acesso do <i>wifi</i> nas escolas e espaços públicos.		

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à investigação intitulada “**DO PROJETO À POLÍTICA PÚBLICA: AVALIAÇÃO DA DESCONTINUIDADE DO PROVOZ – A VOZ DE TODOS**” desenvolvida por **Cristiane Vieira dos Santos**. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone (85) 3366-9663, no Departamento de Estudos Interdisciplinares – DEINTER, da Universidade Federal do Ceará – UFC, localizado no Campus do Pici, no horário: 14:00-18:00 horas de segunda a sexta-feira.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais se trata de uma pesquisa monográfica que será apresentada ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas – GPP da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, 03 de junho de 2023.

Cristiane Vieira dos Santos
Assinatura da pesquisadora

Assinatura do(a) participante